

---

A redução da desigualdade de género e a sua relevância na política  
macroeconómica: uma análise bibliométrica

**Ana Rita Cabral dos Anjos Reis**

---

Dissertação  
Mestrado em Economia

---

Orientado por  
**Sandra Maria Tavares da Silva**

---

2018

## Nota Biográfica

Ana Rita Cabral dos Anjos Reis, 22 anos, natural de São João da Madeira, concelho de Aveiro. Depois do término da licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada do Porto decidiu aprofundar conhecimentos na área de economia, tendo integrado o Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 2016.

## Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais pelo carinho, suporte e encorajamento contínuo durante todo este período. Aos meus avós e irmão por toda a força e compreensão; a paciência que tiveram comigo foi inesgotável.

Um agradecimento especial à minha orientadora Sandra Silva pelas sugestões, comentários e apoio incondicional na elaboração desta dissertação.

Por último, a todos os amigos que estiveram presentes neste momento decisivo do meu percurso académico em especial a Catarina Gonçalves, Inês Almeida, Inês Rosa, Miguel Carvalho e Sofia Justo por todo o acompanhamento, aconselhamento e amizade constante.

Não teria sido possível sem vocês.

A gratidão que sinto é imensurável.

A todos vocês,

Obrigada.

## Resumo

Ao longo da história as mulheres têm sido sujeitas a várias formas de discriminação. A desigualdade de género é uma das causas primárias da estratificação social e económica. Perceber a importância da redução desta desigualdade na conceção das políticas macroeconómicas é fundamental para alcançar metas como o crescimento e o desenvolvimento económico. Esta dissertação tem por objetivo principal perceber qual o papel da redução da desigualdade de género na conceção de políticas macroeconómicas.

Para a resposta a esta questão, são definidos dois objetivos de análise: (i) identificar quais os principais determinantes da desigualdade de género; (ii) discutir a relevância que a desigualdade de género assume na conceção de políticas macroeconómicas. Para a resposta a esta questão de investigação e aos objetivos associados será implementado um exercício bibliométrico.

Os resultados da análise revelam que existe um crescente interesse científico sobre os determinantes da desigualdade de género. Já sobre a relação entre políticas macroeconómicas e a desigualdade de género, apesar de existir uma tendência ligeira de crescimento, o peso dos estudos focados nesta relação é ainda muito reduzido. Dentro dos determinantes da desigualdade de género, os mais estudados na literatura são as instituições e a globalização. A maior parte dos artigos publicados sobre estas matérias pertencem a autores afiliados a instituições localizadas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, sendo a metodologia de análise predominante o discurso apreciativo.

JEL-codes: C89, E60, J16

Keywords: desigualdade de género; desenvolvimento económico; políticas macroeconómicas; bibliometria.

## Abstract

Throughout history women have suffered various forms of discrimination. Gender inequality is one of the most important causes of social and economic stratification. So, it becomes important to understand how to reduce this type of inequality when defining macroeconomic policies since this type of inequality can affect targets like economic growth and development. The aim of this dissertation is to understand the role that reducing gender inequality has in the conceiving of macroeconomic policies. To do so, two goals are set: identify what are the main determinants of gender inequality and what is the relevance of gender inequality in the formulation of macroeconomic policies. A bibliometric exercise is implemented to answer the research question as well as the goals described above.

After analysing the results obtained by the bibliometric exercise, it is possible to note that there is a clear growing interest in the literature on the determinants of gender inequality. In what concerns the relationship between macroeconomic policy and gender inequality, a growth trend emerges but the relative weight of the studies focused on this relationship is still very small. Regarding the determinants of gender inequality, the ones studied more frequently in the literature are institutions and globalization. The majority of articles are from authors allocated to institutions located in the United Kingdom and in USA, whereas the most common methodology is the appreciative discourse.

JEL-codes: C89, E60, J16

Key-words: gender inequality; economic development; macroeconomic policy; bibliometrics

# Índice de Conteúdos

Nota Biográfica .....	I
Agradecimentos .....	II
Resumo.....	III
Abstract .....	IV
Índice de Conteúdos .....	V
Índice de Quadros.....	VI
Índice de Figuras.....	VII
<b>Capítulo 1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 2. Revisão de Literatura: Desigualdade de Género e Política Macroeconómica .....</b>	<b>4</b>
2.1. Conceitos: Desigualdade e Desigualdade de Género.....	4
2.2. Determinantes da Desigualdade de Género.....	6
2.2.1. Crescimento, Desenvolvimento Económico e Desigualdade de Género.....	7
2.2.1.1. Instituições e Desigualdade de Género.....	10
2.2.1.2. Globalização e a Desigualdade de Género.....	11
2.2.1.3. Crises, Choques e a Desigualdade de Género .....	13
2.3. A Desigualdade de Género e a Política Macroeconómica .....	14
2.3.1. Políticas Conjunturais e Desigualdade de Género .....	17
2.3.1.1. Política Orçamental e Desigualdade de Género .....	18
2.3.1.2. Política Monetária e Desigualdade de Género .....	21
2.3.2. Política Estrutural e Desigualdade de Género.....	24
<b>Capítulo 3. Metodologia e Principais Resultados.....</b>	<b>30</b>
3.1. Considerações Metodológicas .....	30
3.2. Resultados da Análise Bibliométrica .....	34
<b>Capítulo 4. Conclusões .....</b>	<b>47</b>
Referências.....	50

## Índice de Quadros

Tabela 1: Número de artigos obtidos por combinação de palavras chave – Scopus e WoS .....	31
Tabela 2: Subdivisão dos diferentes artigos pelas 3 categorias .....	32

## Índice de Figuras

Figura 1: Evolução do número de artigos publicados sobre os determinantes e as políticas macroeconómicas na literatura sobre desigualdade de género .....	35
Figura 2: Número de citações por ano dos artigos que constam na base de dados final .....	36
Figura 3: Número de publicações por autor e por categoria.....	37
Figura 4: Número de artigos segundo a afiliação dos autores.....	37
Figura 5: Número de publicações por país.....	38
Figura 6: Número de artigos publicados por revista científica.....	38
Figura 7: <i>Ranking</i> das revistas científicas com publicações no tema em análise.....	39
Figura 8: Os determinantes da desigualdade de género por artigo e por período temporal.....	40
Figura 9: Metodologia dos artigos da categoria A.....	41
Figura 10: Metodologia dos artigos da categoria B.....	42
Figura 11: Caracterização da metodologia dos artigos empíricos e empíricos/formais da Categoria A .....	43
Figura 12: Caracterização da metodologia dos artigos empíricos e empíricos/formais da Categoria B.....	44
Figura 13: Caracterização do nível de análise dos empíricos e empíricos/formais da Categoria A.....	45
Figura 14: Caracterização do nível de análise dos empíricos e empíricos/formais da Categoria B.....	46



## Capítulo 1. Introdução

A igualdade de género é um fator importante para o desenvolvimento e crescimento económico (Banco Mundial, 2012). Esta pode ser definida como uma situação em que mulheres e homens são vistos como iguais em termos sociais e culturais (Dilli *et al.*, 2015). Devido à sua importância, é considerada como um objetivo essencial no desenvolvimento económico, estando, por este motivo, posicionada no quinto lugar dos “17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável” das Nações Unidas. É importante salientar também que, a igualdade de género é uma das principais variáveis explicativas da igualdade social (Luttrell & Moser, 2004).

Ao longo da história, as mulheres têm sido sujeitas a várias formas de discriminação, (Damjnovic & Selvaretnam, 2015), que geralmente se manifestam na educação (Klasen & Lamanna, 2009), na saúde (Sem & Östlin, 2008) ou no poder económico (Fuwa, 2004), áreas estas importantes para o desenvolvimento económico. Segundo Casarico & Profeta (2015), as políticas macroeconómicas podem contribuir para a diminuição destas formas de discriminação.

Apesar de no último século se ter observado um aumento da participação ativa das mulheres no mercado de trabalho, bem como melhorias em termos de educação e saúde ((Damjnovic & Selvaretnam, 2015); (Jackson, 2006); (Klasen & Wink, 2003)), existem evidências da deterioração da igualdade de género, tal como é documentado no recente relatório de 2017 do Fórum Económico Mundial (World Economic Forum, 2017).

Logo, podemos aferir que a desigualdade de género continua a ser uma barreira tanto para o crescimento (Forbes, 2000) como para o desenvolvimento económico (Knowles *et al.*, 2002).

Avaliar e quantificar a importância económica da desigualdade de género é um tópico essencial no domínio do desenvolvimento económico (Cuberes & Teignier, 2014), sendo fundamental perceber quais os principais determinantes da desigualdade de género.

Típicamente a teoria económica considera os indivíduos como agentes maximizadores da utilidade, independentemente do seu género. Ainda que atualmente o género seja reconhecido como uma variável com implicações importantes para o desenvolvimento e crescimento económico, a identificação e análise das suas implicações ao nível macroeconómico continuam pouco desenvolvidas (Griffith & Nallari, 2011).

As políticas macroeconómicas lidam com agregados económicos sem terem em consideração a desigualdade de género (Glyn & Heintz, 2015). Contudo, homens e mulheres têm comportamentos diferentes, como é demonstrado por Rubalcava *et al.* (2004) em relação às decisões de investimento e poupança. Assim, as políticas macroeconómicas, como por exemplo as políticas orçamentais ou monetárias, vão ter diferentes implicações para homens e mulheres, logo não devem ser consideradas neutras em relação ao género ((Glyn & Heintz, 2015); (Boserup's, 1970) (*apud* Griffith & Nallari, 2011)).

Como as políticas macroeconómicas se focam apenas em objetivos globais, subvalorizando formas de investimento e negligenciando o trabalho não remunerado e o trabalho doméstico, sendo também insuficiente a mobilização dos recursos necessários para a implementação e formulação de políticas que promovam a igualdade de género, Glyn & Heintz (2015) argumentam que este enquadramento não estimula a implementação dos direitos das mulheres.

Assim, é importante perceber a relação entre as políticas macroeconómicas e a desigualdade de género, desde logo porque estas políticas influenciam decisivamente a estrutura da economia, afetando as oportunidades de emprego remunerado, os recursos políticos que se destinam à redução de desigualdades, os direitos das mulheres e a procura por trabalho não remunerado (Glyn & Heintz, 2015).

Caso não seja tida em consideração a necessidade de promover igualdade de género na formulação destas políticas, as mesmas poderão induzir um aumento das diferenças de género (Stotsky, 2006). Devem, por isso, ser avaliadas em termos sociais (Himmelweit, 2002).

A necessidade de reformular as políticas macroeconómicas tendo em conta este tipo de desigualdade começa, assim, a ser reconhecida como essencial face ao impacto que esta dimensão tem, de forma direta ou indireta, nos objetivos finais das políticas macroeconómicas (Banco Mundial, 2012; Seguino & Grown, 2006; Stotsky, 2006).

Neste enquadramento, a presente dissertação tem como questão de investigação: Qual o papel da redução da desigualdade de género na conceção de políticas macroeconómicas? Para a resposta a esta questão, são definidos dois objetivos de análise principais: (i) a identificação dos determinantes da redução da desigualdade de género; (ii) a relevância que a desigualdade de género assume na conceção de políticas macroeconómicas.

No sentido de responder à questão de investigação e aos objetivos associados será feita uma revisão exaustiva e crítica da literatura relevante, adotando ainda um exercício

bibliométrico. Esta última técnica será particularmente relevante para sistematizar os resultados científicos que se têm produzido no que diz respeito aos determinantes da redução da desigualdade de género.

Depois desta Introdução, no capítulo seguinte é feita uma revisão de literatura sobre os conceitos associados e os determinantes da desigualdade de género, bem como uma sistematização dos estudos científicos que cruzam a conceção de políticas macroeconómicas com o objetivo da redução desta dimensão de desigualdade. No capítulo 3 começa-se pela apresentação da metodologia e avança-se seguidamente para a discussão dos resultados principais do estudo bibliométrico. Por fim, o capítulo 4 conclui, apresentando ainda as principais limitações deste estudo e pistas de investigação futuras.

## Capítulo 2. Revisão de Literatura: Desigualdade de Género e Política Macroeconómica

Este capítulo tem como principal objetivo fazer uma análise crítica da literatura sobre desigualdade de género e a sua relação com a política macroeconómica. Para tal divide-se em três secções: 2.1 Conceitos: Desigualdade e Desigualdade de Género; 2.2 Determinantes da Desigualdade de Género e 2.3. A Desigualdade de Género e a Política Macroeconómica.

### 2.1. Conceitos: Desigualdade e Desigualdade de Género

A desigualdade é uma preocupação intrínseca às teorias de justiça social. Pode ser definida como um estado de não equidade especialmente em termos de direitos, oportunidade e estatuto (Afonso *et al.*, 2015). A desigualdade económica pode contribuir ou perpetuar a discriminação, a intolerância social ou a falta de poder político, o que pode impedir que os indivíduos consigam adquirir competências (Seguino & Grown, 2006).

A literatura que estuda a relação da desigualdade com o crescimento e desenvolvimento económico é bastante extensa, contudo uma grande parte desta literatura está focada na desigualdade de rendimentos (para uma sistematização ver, por exemplo, (Neves & Silva, 2014)). Apesar de existirem vários conceitos de desigualdade como por exemplo, desigualdade de riqueza (Benabou, 2000) ou desigualdade no acesso à educação (Bladen & Machin, 2010), o enfoque deste trabalho é apenas na desigualdade de género.

Género refere-se a regras construídas e implementadas pela sociedade sobre o comportamento esperado de mulheres e homens, sem que sejam consideradas as diferenças biológicas entre eles (Stotsky, 2006). Uma definição alternativa de género é dada por Çagatay (1998) que o define como “o significado social atribuído às diferenças biológicas dos indivíduos” (tradução livre, pág. 4).

Tal como a raça, a etnia ou a classe social, género é uma categoria social que influencia a participação do indivíduo tanto na sociedade como na economia (Banco Mundial, 2001). É um dos principais fatores responsável pela divisão do mercado de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas na maior parte das sociedades. Atividades produtivas referem-se a atividades que geram rendimento enquanto atividades reprodutivas referem-se a

atividades de prestação de cuidados e estão associadas a trabalho não remunerado,<sup>1</sup> executado normalmente por mulheres. Importa referir que trabalho não remunerado é descrito por Palmer (1995) como uma espécie de imposto que é cobrado no setor doméstico para que seja possível a reprodução da economia, um imposto que é cobrado maioritariamente a mulheres.

Segundo Jackson (2006) desigualdade de género “refere-se a um conjunto de condições nas quais as mulheres estão em posição de desvantagem, incluindo as suas oportunidades económicas, estatuto político e legal, liberdades pessoais, obrigações familiares, acesso à educação e representação cultural” (tradução livre, pág. 218). Já Berik (2017) define igualdade de género como a igualdade de oportunidade, a qual pode ser atingida através de intervenções ao nível microeconómico, sem que sejam consideradas outras formas de desigualdade como a classe social. Para que seja possível alcançar esta igualdade, é necessária a alteração da estrutura macroeconómica corrente.

A desigualdade de género tem impacto em várias dimensões do bem-estar como educação, saúde ou empregabilidade. Bem-estar, segundo Seguino (2006), pode ser definido como uma medida multidimensional que mede o nível relativo de educação, o rendimento, a saúde, a segurança social e económica. Do ponto de vista do bem-estar, a desigualdade de género é um problema pois cria injustiças e oportunidades diferentes baseadas apenas no género (Klasen & Lamanna, 2009). Esta problemática tem sérias implicações ao nível macroeconómico, como por exemplo o impacto da igualdade de género no crescimento económico, tal como descrito por Kabeer (2016).

É, ainda, importante definir discriminação económica pois é uma das formas de discriminação que mais prejudica a participação económica das mulheres. Na literatura, discriminação económica pode ser definida como a desigualdade de bem-estar em termos económicos, provocada por diferenças em termos salariais (Gain, 1986).

Vários estudos económicos tentam avaliar a desigualdade de género no sentido de perceber se existem diferenças no comportamento económico dos homens e das mulheres e caso existam, quais as implicações das diferenças e como é que estas diferenças podem influenciar as políticas (Stotsky, 2006).

---

<sup>1</sup> Trabalho não remunerado é um aspeto importante da atividade económica e um fator indispensável para o bem-estar dos indivíduos, das suas famílias e da sociedade (Stiglitz *et al.*, 2007). Inclui atividades como cuidar de crianças e idosos e atividades domésticas (Shelton, 2006). Por norma, devido às dificuldades de medição, esta forma de trabalho não é considerada nas políticas macroeconómicas (Ferrant *et al.*, 2014).

Estudos como o de Çağatay *et al.* (1995) revelam que existem diferenças no comportamento de homens e mulheres, comportamentos que são o resultado de escolhas privadas ou que refletem a influência das políticas adotadas em determinado país. Este estudo distingue o impacto do género em escolhas, nomeadamente de consumo, investimento ou poupança, as quais podem levar a resultados macroeconómicos distintos dos pretendidos (Stotsky, 2006).

É importante ter em atenção que o conceito de igualdade de género não é aceite universalmente. Na maioria dos documentos, este conceito foca-se não só na igualdade de oportunidade, mas também na diminuição das diferenças de género em termos de participação e emprego, salários e poder de decisão (Plantenga, 2015). Segundo Lewis (2011), vários autores criticam esta definição de desigualdade de género pois o principal enfoque é no trabalho remunerado, ignorando a parte do trabalho não remunerado.

## 2.2. Determinantes da Desigualdade de Género

Atualmente cento e trinta e seis países têm leis específicas que protegem a igualdade de todos os cidadãos e a não discriminação entre homens e mulheres nas suas constituições (World Bank, 2012).

A desigualdade de género é a causa primária da estratificação social e económica. Independentemente da classe social, existem desigualdades constantes em termos de bem-estar que variam de país para país (UNDP, 2013). Piovani & Aydiner-Avsar (2015) afirmam que a desigualdade de género cria oportunidades e responsabilidades diferentes para homens e mulheres. Analisando o relatório de 2017 do Fórum Económico, podemos aferir que a desigualdade de género é ainda uma característica da maior parte das sociedades, em que os homens têm, em média, uma posição relativamente melhor em termos sociais, económicos e políticos (UNDP, 2013). Importa salientar que as diferenças de género que, normalmente favorecem os homens, são mais salientes em países mais pobres (Jayachandran, 2015). Nesta secção pretende-se apresentar os principais determinantes da desigualdade de género identificados na literatura

Segundo Casarico & Profeta (2015), a desigualdade de género não pode ser explicada apenas por um determinante.

### 2.2.1. Crescimento, Desenvolvimento Económico e Desigualdade de Género

Segundo Klasen (2017), o desenvolvimento e o crescimento económico podem ser considerados como determinantes da desigualdade de género.

Note-se que, segundo Todaro & Smith (2012), desenvolvimento económico é definido como “um processo multidimensional que envolve alterações nas estruturas sociais, comportamentos da população e das instituições nacionais, bem como aceleração do crescimento económico, redução da desigualdade e erradicação da pobreza” (tradução livre, pág. 16).

O desenvolvimento económico pode promover a igualdade de género através da criação de novos postos de trabalho para mulheres, aumentando os seus rendimentos de acordo com níveis mais elevados de educação e, conseqüentemente, conduzindo a uma alteração dos comportamentos discriminatórios contra as mulheres (Inglehard & Norris, 2003).

Elevados níveis de educação e rendimento, assim como um controlo sobre a reprodução garantido pela medicina, levam a taxas de natalidade mais reduzidas, o que implica que as mulheres possam ter uma participação económica em atividades remuneradas mais ativa (Christy, 1987) (*apud* Dilli *et al.*, 2015).

Assim sendo, à medida que os países se tornam mais desenvolvidos economicamente, democráticos e industrializados, haverá a diminuição da desigualdade de género (Cavali, 1993) (*apud* Dilli *et al.*, 2015).

Portanto, a literatura sobre desigualdade de género sugere que o processo de desenvolvimento económico está associado à diminuição desta dimensão de desigualdade (Dilli *et al.*, 2015), inclusivamente pela via do poder de negociação que é uma ferramenta importante para a participação económica das mulheres (Kabeer & Natali, 2013).

De facto, a relação entre desigualdade de género e desenvolvimento económico pode alterar-se durante o processo de desenvolvimento (Morrison & Jutting, 2005). Analisando a trajetória de alguns países do Médio Oriente ou até mesmo em países Europeus, é possível observar que a prosperidade económica dos países – dimensão material do desenvolvimento i.e. crescimento económico – nem sempre está associada a um bom desempenho em termos de igualdade de género ((Verme, 2015); (Dilli *et al.*, 2015)). Uma das explicações para que este fenómeno ocorra tem que ver com a existência de instituições que historicamente desfavorecem as mulheres (Dilli *et al.*, 2015). O papel das instituições enquanto determinante da desigualdade de género será analisado com mais detalhe no subcapítulo seguinte.

Logo, ainda que o crescimento económico possa influenciar positivamente a igualdade de género, existem casos em que este pode não ser suficiente para alterar práticas e normas sociais que historicamente fazem parte das sociedades (ver, por exemplo, Horrell & Humphries, 1995; De Moor & Van Zanden, 2010; Dilli *et al.*, 2015). Isto porque, como autores como Haller (2012) enfatizam, o crescimento económico refere-se ao “processo de aumento do tamanho das economias nacionais, aumento de indicadores macroeconómicos, em particular do PIB *per capita*, o qual deverá possuir uma trajetória ascendente, mas não necessariamente linear” (tradução livre, pág. 66), captando apenas a vertente material do desenvolvimento ainda que esta esteja fortemente correlacionada com outras dimensões. Ou seja, o crescimento económico não garante a evolução favorável de outras dimensões do desenvolvimento humano como ao nível da (des)igualdade de género, por exemplo.

Ainda assim, segundo Forsythe *et al.*, (2000), vários estudos indicam que a desigualdade de género poderá diminuir com a industrialização ou o crescimento económico (*e.g.* Clark, 1991).

A literatura associa frequentemente a desigualdade de género à falta de recursos na sociedade (Kabeer & Natali, 2013). O aumento destes recursos, por exemplo o aumento do rendimento *per capita* por via do crescimento económico, faz com que a discriminação contra mulheres seja menor pois diminui estas restrições para o agregado familiar, reduzindo os seus níveis de pobreza ((Dollar & Gatti, 1999); (Klasen 2017)). Por outro lado, o crescimento económico tende a aumentar os recursos públicos que podem ser dedicados a melhorar e reduzir os custos associados ao acesso universal à educação e à saúde (Klasen, 2017).

O impacto do crescimento económico sobre esta dimensão de desigualdade também ocorre pela via do progresso tecnológico que pode contribuir de forma decisiva para aumentar a procura de agentes económicos com capacidades cognitivas mais elevadas, diminuindo a procura relativa de força física, típica de agentes económicos do sexo masculino (Galor & Weil, 1996) (*apud* Klasen, 2017).

À medida que o nível concorrencial no mercado aumenta por via da internacionalização e da procura por trabalhadores qualificados, haverá uma diminuição da desigualdade de género em termos salariais no longo prazo ((Black & Brainer, 2004); (Kabeer & Natali, 2013; (Morrison & Jutting, 2005))), um aumento da participação económica das mulheres e um aumento da educação dos seus filhos ((Behrman & Rosenzweig, 2002); (Klasen, 2017)).



Importa referir que Morrison & Jutting (2005) consideram que a participação económica das mulheres é influenciada por três fatores: presença e qualidade de instituições sociais, medidas através de indicadores como o direito de propriedade de ativos; o acesso das mulheres a recursos, medido por indicadores como a percentagem de mulheres presentes no mercado de trabalho remunerado e o nível de desenvolvimento da economia, medido através do PIB *per capita*.

No final dos anos 90, era defendido que as desigualdades entre homens e mulheres resultavam de diferenças na alocação do capital humano (como educação, habilitações e participação na força de trabalho), que deveriam desaparecer ao longo do tempo (Forsythe *et al.*, 2000). Por outro lado, a discriminação, resultante de regras e normas atribuídas a cada género, também era entendida como um determinante da desigualdade de género existente no mercado de trabalho. Segundo esta abordagem, o processo de crescimento económico, por via do crescimento dos mercados, poderá influenciar positivamente a igualdade de género.

Dado o crescimento económico estar associado à modernização, este processo poderá melhorar a desigualdade de género por via da alteração das regras construídas pela sociedade em relação a homens e mulheres.

Como conclusão, o crescimento económico tem tido mais impacto na redução da desigualdade de género, em áreas como a educação, a saúde e a participação ativa das mulheres no mercado de trabalho. Tal não parece ser verdade para áreas como a representação política das mulheres (Klasen, 2017). Assim, seguindo Kabeer & Natali (2013), podemos acrescentar que, quando o objetivo é categorizar os diferentes determinantes da redução da desigualdade de género, é importante distinguir os padrões de crescimento ao invés de assumir que o crescimento económico influencia da mesma forma esta dimensão de desigualdade, bem como ter em atenção que, apesar destas dimensões estarem correlacionadas, a relação não é direta,<sup>2</sup> (Duflo, 2012). Por outro lado, é essencial ter presente que as transformações várias que a economia mundial sofreu nos últimos dois séculos afetam decisivamente estas dinâmicas (Bolt & Zanden, 2014). A revolução industrial teve um papel fundamental na alteração de, por exemplo, padrões de consumo, o

---

<sup>2</sup> Importa referir que a literatura sobre crescimento económico e desigualdade de género analisa os dois sentidos da causalidade: o impacto desta dimensão da desigualdade sobre o crescimento económico e *vice-versa*. Dado o enquadramento desta dissertação, importa que o enfoque seja sobre o impacto do crescimento económico sobre a desigualdade de género, podendo constituir um dos determinantes que permite atingir um dos objetivos do *Millennium Development Goals* (MDGs). Estes correspondem a um conjunto de oito objetivos adotados pelas Nações Unidas em 2000, onde consta o objetivo de equidade em termos de género.

modo de produção, a divisão do trabalho, a estrutura familiar e a natalidade (van Zanden *et al.*, 2014). Tais alterações, que podem ser historicamente diferentes de país para país, têm consequências no posicionamento das mulheres na economia.

Todavia, existem autores que admitem que o impacto do crescimento económico sobre a diminuição da desigualdade de género é nulo ou muito reduzido (Kabeer & Natali, 2013). Por exemplo, Moghadam (2003) argumenta que se a criação de emprego remunerado, resultante do crescimento económico, for maioritariamente dirigida para a população do género masculino, então o crescimento económico não terá qualquer impacto sobre a desigualdade de género.

Da literatura relevante constam ainda contributos que consideram que o crescimento económico não é a única variável que deve ser considerada responsável pela redução da desigualdade de género dado que, na fase inicial do processo de crescimento económico, a relação entre estas duas variáveis é curvilínea (*e.g.*, Boserup (1970)).

Face ao peso que assumem na literatura, torna-se importante destacar as instituições, a globalização, e crises e choques enquanto determinantes da desigualdade de género. Em relação a este último fator torna-se fundamental o seu destaque tendo em conta o enfoque central da dissertação, ou seja, a desigualdade de género e as políticas macroeconómicas.

#### **2.2.1.1. Instituições e Desigualdade de Género**

Do ponto de vista histórico existem três grupos de instituições que são relevantes para a desigualdade de género: religião, tradições e práticas que regulam a vida das famílias, e o sistema legal do país (Dilli *et al.*, 2015).

Ao contrário do que é defendido pela teoria da modernização, as normas sociais estão enraizadas nas instituições (Brasina *et al.*, 2013), podendo ser replicadas para a legislação como, por exemplo, leis que definem o comportamento das mulheres em termos económicos, familiares e políticos (Klasen, 2017).

Assim, consoante a evolução da sociedade, as normas sociais relativas ao género são diferentes (Dilli *et al.*, 2015). O estudo realizado por Alesina & Giuliano (2015) estuda a influência de práticas de agricultura na divisão histórica do mercado de trabalho e na evolução das normas sociais relativas ao género. Neste estudo, os autores chegam à conclusão que sociedades que faziam uso do arado têm normas discriminatórias em relação ao género dos indivíduos, como por exemplo, a menor participação das mulheres em atividades políticas. Isto acontece, pois, durante a evolução das sociedades, tornou-se uma

norma social que a participação em atividades fora do agregado familiar era função dos homens devido ao facto da utilização do arado exigir força.

Posto isto, sociedades que na sua base possuem normas discriminatórias vão ter instituições que, à partida, formulam políticas e leis que promovem a desigualdade de género (Giuliano, 2015). Segundo a literatura sobre os determinantes da desigualdade de género, estas diferenças são o resultado de normas e valores adotados pelas sociedades relacionados com as oportunidades económicas e restrições impostas nas mulheres (Çagatay *et al.*, 1995; Klasen, 2017). Na mesma linha, Boserup (1970) considera que as normas sociais e culturais são um determinante mais relevante na alocação das mulheres no setor do comércio do que o próprio processo de modernização do mercado ((Boserup (1970) (*apud* Forsythe *et al.*, (2000)).

Walby (1997) defende ainda que a desigualdade de género não é apenas influenciada pelas interações entre os indivíduos e o mercado, mas também pelas políticas macroeconómicas.

Assim, intervenções políticas poderão melhorar a posição económica das mulheres e o seu bem-estar, apesar de que, em termos políticos, existem áreas caracterizadas pela presença deste tipo de desigualdade mais facilmente influenciáveis em termos políticos como a educação. Tal não é verdade para o tempo despendido em trabalho não remunerado. Posto isto, é natural que o grande enfoque internacional e nacional dos debates seja em termos educacionais e de direitos (Klasen, 2017).

É importante ter em atenção que o impacto das normas sociais sobre a desigualdade de género varia de região para região e que estas normas também são afetadas por outros fatores (Klasen, 2017).

#### **2.2.1.2. Globalização e a Desigualdade de Género**

A literatura que analisa a globalização enquanto determinante da desigualdade de género continua inconclusiva. De facto, apesar dos ganhos que podem ter sido obtidos com a globalização, a discriminação contra mulheres continua (Gunter & Hoeven, 2004).

De acordo com vários autores, a globalização beneficiou as mulheres por via de, por exemplo, a criação de oportunidades de trabalho remunerado (Seguino & Grown, 2006) bem como a diminuição das diferenças salariais entre homens e mulheres (Çagatay & Erturk, 2004). Esta evolução favorável é principalmente notória em países em desenvolvimento cujas economias estão orientadas para a exportação (Çagatay & Erturk,

2004).

A diminuição de barreiras ao comércio livre e o incremento de trocas comerciais aumentam a competição. Este aumento de procura por bens e serviços poderá por em causa a estrutura tradicional de setores em que o trabalho remunerado está normalmente associado ao homem. Assim, em países orientados para a exportação de bens e serviços que participam de forma ativa na cadeia de valor mundial de exportações haverá um aumento da procura por mulheres qualificadas, fazendo com que estas integrem mais facilmente o mercado de trabalho (Klasen, 2017). Uma das razões pela qual poderá haver um aumento da procura por mulheres trabalhadoras, neste tipo de economias, prende-se com o facto das mesmas estarem dispostas a trabalhar em empregos mais flexíveis e com salários mais reduzidos, permitindo que as empresas tenham vantagens competitivas (Standing, 1999) (*apud* Klasen, 2017). Assim, a globalização poderá diminuir a prática de comportamentos discriminatórios das empresas em relação às mulheres (Çagatay & Erturk, 2004).

Apesar destas evidências, os efeitos da globalização não são os mesmos para todos os setores de atividade económica nem para todos os países. No caso do setor agrícola, o comércio livre poderá ter tido um impacto negativo sobre o rendimento e bem-estar das mulheres. Por ser difícil para estas acederem a crédito, novas tecnologias e redes de mercado, torna-se difícil tirarem partido de novas oportunidades de negócio com a alteração das características da economia (Çagatay & Erturk, 2004). Assim, se este setor de atividade não for capaz de fazer parte do comércio internacional, é esperado que as mulheres que integram o mesmo não obtenham ganhos com a globalização (Potrafke & Ursprung, 2012).

Assim, e apesar da literatura frequentemente defender que os ganhos obtidos através da liberalização do comércio e desregulamentação do mercado de trabalho por parte das mulheres são superiores quando comparados com os dos homens, tal argumento poderá não ser válido (Çagatay & Erturk, 2004).

Segundo Potrafke & Ursprung (2012), os países caracterizados por salários baixos estão em vantagem comparativa quando se trata da produção de bens que necessitam de trabalhadores com poucas qualificações. Em países em que a indústria tem estas características, as mulheres beneficiam com a globalização. De outra forma, trabalhadores altamente qualificados obtêm ganhos com a globalização quando esta ocorre por via da transferência tecnológica para países de baixo rendimento. Os autores fazem notar que

quando os níveis de qualificação dos homens são superiores aos das mulheres, a globalização favorece de forma mais desproporcional os homens, mas não necessariamente em prejuízo das mulheres, sendo esta uma característica da maior parte dos países em desenvolvimento (Klasen, 2017).

Como conclusão, existem autores que admitem que o facto das mulheres terem a oportunidade de fazer parte do mercado de trabalho, aumenta o seu poder de negociação pois estas deixam de ser dependentes em termos sociais e económicos (Akheter & Ward 2015). Por outro lado, autores como Chambers (2000) sugerem que independentemente do aumento da participação das mulheres em atividades remuneradas, estas continuam sem ou com um reduzido poder económico (Gunter & Hoeven, 2004). Algumas das razões que podem estar associadas a este fenómeno poderão prender-se com o facto de as mulheres serem vistas como “*workers of last resource*”. Em situações de diminuição do rendimento do agregado familiar, a procura por trabalho remunerado por parte das mulheres aumenta, sendo que, por vezes esta procura não é voluntária e o seu trabalho é a única fonte de rendimento do agregado familiar ((Akheter & Ward, 2015); (Gunter & Hoeven, 2004); (Seguino & Grown, 2006)).

Note-se que apesar das condições do mercado de trabalho poderem ser diferentes e a globalização ter permitido a criação de novos postos de trabalho levando, conseqüentemente, ao acesso por parte das mulheres a trabalho remunerado, as mulheres continuam em desvantagem em termos salariais e de formação (Akhter & Ward, 2015), sendo que a taxa de desemprego das mulheres continua a ser superior à dos homens (Seguino & Grown, 2006). O aumento do número de mulheres no mercado de trabalho não significa que as mesmas sejam capazes de negociar melhores condições de trabalho em termos salariais, saúde e segurança (Çagatay & Erturk, 2004).

Tal como defendido por Balakrishnan (2002) (*apud* Gunter & Hoeven, 2004), as mulheres aceitam trabalhos mais vulneráveis e instáveis no sentido de assegurar as suas responsabilidades em termos de trabalho não remunerado e remunerado, levando ao aumento dos encargos da mulher caso não haja a correspondente diminuição do nível de trabalho não remunerado (Çagatay & Erturk, 2004).

### **2.2.1.3. Crises, Choques e a Desigualdade de Género**

Flutuações macroeconómicas, crises, guerras e outros choques na sociedade podem influenciar decisivamente diversas dimensões da desigualdade de género, principalmente

em países em desenvolvimento em caso de choques externos ((Klasen, 2017); (Stotsky, 2006)), nomeadamente guerras. Segundo Neumayer & Plümper (2006), as guerras desfavorecem de forma desproporcional homens e mulheres em termos de esperança média de vida. Por outro lado, estes conflitos podem por em causa regras e normas enraizadas na sociedade, como por exemplo, a divisão do mercado de trabalho, bem como permitir a alteração de leis através da rescisão da constituição de cada país (Klasen, 2017).

A instabilidade económica é normalmente acompanhada por fragilidades orçamentais e financeiras. Inflação mais elevada, salários reais mais reduzidos, perda de emprego e salário bem como cortes de serviços dos governos no sentido de reduzir despesas estão normalmente associados a estas vulnerabilidades o que poderá causar custos sociais (Stotsky, 2006).

Neste enquadramento, torna-se essencial que a desigualdade de género seja quantificada para garantir que as políticas macroeconómicas e os modelos associados tenham por objetivo influenciar positivamente a igualdade de género (Griffith & Nallari, 2011). Na próxima secção serão sistematizados contributos sobre a desigualdade de género e a política macroeconómica nomeadamente a análise detalhada da política macroeconómica enquanto determinante da desigualdade de género.

### 2.3. A Desigualdade de Género e a Política Macroeconómica

O estudo do impacto da desigualdade de género na economia surge em 1970, passando a ser considerada como uma dimensão social que poderá ter ligações com a economia e, portanto, com as políticas macroeconómicas (Çagatay, 1998).

A análise macroeconómica pode ser definida como o estudo da relação e da natureza da relação de mercados altamente integrados, nomeadamente o mercado de trabalho, o mercado financeiro e o mercado de bens e serviços. De acordo com Çagatay (1998), esta análise deve ter como objetivo final a identificação das variáveis que afetam a economia e a definição dos tipos de políticas que devem ser aplicadas no sentido de criar condições para o estímulo do crescimento económico e para o aumento estável do rendimento *per capita*.<sup>3</sup> Nesse sentido, as políticas macroeconómicas têm objetivos cruciais tais como a estabilidade de preços, o pleno emprego e o equilíbrio da balança de pagamentos, sendo os instrumentos tradicionalmente utilizados as políticas monetária e orçamental. De facto, a

---

<sup>3</sup> Segundo Çagatay (1998) o aumento do rendimento *per capita* está associado a um aumento do bem-estar da sociedade, ou seja, ao desenvolvimento económico.

política macroeconómica é tipicamente concebida como um conjunto de regras e decisões económicas impostas numa economia como um todo (*e.g.*, Daigle, 2016).

Daigle (2016) argumenta que é importante ter em consideração qual o efeito da política macroeconómica em termos sociais, pois esta reflete as prioridades sociais através dos gastos do governo, definindo também os termos de inclusão no mercado de trabalho e o limite máximo de despesas sociais numa determinada economia que, por sua vez, afetam decisivamente os agregados familiares.

Para percebermos o argumento anteriormente exposto, é essencial considerarmos o conceito de agregado familiar tal como entendido na formulação das políticas macroeconómicas. Atualmente, na conceção de políticas macroeconómicas, o conceito de agregado familiar assume que os indivíduos apenas tomam decisões de poupança ou consumo de forma racional, ignorando a existência de diferenças de poder e de impactos dentro do agregado. Ou seja, consideram apenas decisões tomadas para a maximização do bem-estar do agregado familiar como um todo ((Elson, 2002); (Stotsky, 2006)). O problema de considerar o agregado familiar como uma unidade é que a desigualdade de género dentro do agregado familiar se torna menos visível. Esta desigualdade deve-se normalmente a diferenças de poder de negociação ((Doss, 2013); (Seguino, 2016)).

Assim, existem vários autores que contestam esta abordagem, demonstrando que o agregado familiar exhibe uma componente concorrencial em termos de distribuição de recursos, em que o resultado desta competição depende do poder relativo dos adultos que o compõem. Além disso, enfatizam a ideia de que as famílias possuem uma componente produtiva, contribuindo decisivamente para a formação de capital humano ((Seguino, 2013); (Stotsky, 2006)).

As decisões de cada indivíduo podem ser vistas como componentes de uma função de produção do agregado familiar com diferentes *inputs*, pelo que se torna inviável considerar o agregado familiar como uma unidade (Stotsky, 2006).

Neste sentido, existe um conjunto de literatura que documenta as preferências de cada indivíduo e estuda as suas implicações em termos de política económica, por exemplo Quisumbing (2003). De acordo com este estudo, os membros de um agregado familiar podem responder de forma diferente ao ambiente económico ao qual estão sujeitos, nomeadamente em termos de escolha de poupança, consumo, investimento, risco e trabalho, sendo então que as políticas macroeconómicas podem produzir diferentes efeitos em cada membro da família (Stotsky, 2006).

Em relação ao trabalho, como foi referido anteriormente, este pode subdividir-se em atividades remuneradas, não remuneradas e de voluntariado. É importante recordar que, apesar de serem atividades económicas, os últimos dois tipos de trabalho são muitas vezes ignorados quando se trata da conceção das políticas. Assim, é ignorada uma parte imprescindível da economia (Elson, 2002). Dado que o trabalho não remunerado é tipicamente efetuado por mulheres, este torna-se um fator que contribui para reduzir o tempo disponível para as mulheres possuírem um trabalho remunerado. É, portanto, necessário que mais investigação seja feita no sentido de perceber que políticas poderão influenciar a igualdade de género (Seguino, 2016).

É neste enquadramento que vários autores (e.g., Çagatay *et al.*, 1995; Çagatay, 1998; Stotsky, 2006) apontam as principais razões pelas quais o género deve ser considerado na formulação de políticas macroeconómicas: (i) as instituições, ao dependerem de normas e regras da sociedade, transmitem as mesmas para o mercado; (ii) o trabalho não remunerado deve ser percebido como uma variável económica importante, o que exige a reestruturação da própria definição de trabalho; (iii) se o género é uma variável importante para a divisão do mercado de trabalho, o comportamento económico depende do género, logo este influencia os resultados macroeconómicos que uma determinada política visa atingir e *vice-versa*.

Assim, e apesar dos decisores de política considerarem tipicamente que as políticas macroeconómicas são neutras em relação ao género, existe já uma quantidade de literatura considerável que argumenta que o impacto de determinadas políticas é diferente para homens e mulheres (Çagatay, 1998).

Esta discussão teve início em 1980 quando a economia feminista passou a defender que as políticas macroeconómicas aplicadas na década anterior não produziam os mesmos efeitos para homens e mulheres, nomeadamente as políticas de ajustamento estrutural (Çagatay, 1998).

Çagatay (1998) sugere quatro abordagens para que a desigualdade de género seja considerada nos modelos macroeconómicos: (i) a separação por género, tendo por objetivo demonstrar as implicações das diferenças de comportamento dos dois géneros. Neste tipo de modelos, as diferenças de comportamento são variáveis exógenas conhecidas e podem fazer mais sentido aplicar em alguns países do que outros, como é o caso de economias que produzem predominantemente *commodities*; (ii) o funcionamento do mercado de trabalho, financeiro e de bens e serviços como dependente do grau de desigualdade de género, e



portanto, devendo ser incorporadas no modelo variáveis económicas em função do género; (iii) a divisão da economia em dois setores, o setor produtivo e o setor reprodutivo, sendo aqui o objetivo perceber como é que estes dois setores interagem; por fim, (iv) considerar todas as abordagens anteriores, como por exemplo o que foi feito por Erturk & Cagatay (1995), para estudar como é que o grau de feminização do trabalho e a intensidade do trabalho doméstico das mulheres influenciam o comportamento da macroeconomia. Vários estudos utilizaram os modelos enunciados acima, chegando à conclusão de que os resultados dos eventos macroeconómicos bem como das políticas macroeconómicas eram diferentes daquilo que seria de esperar caso os modelos não fossem estruturados da forma descrita.

É imperativo que as políticas macroeconómicas que se consideram “gender-neutral” sejam revistas pois estas possuem, claramente, impactos diferentes em homens e mulheres a nível microeconómico o que terá repercussões ao nível dos resultados macroeconómicos e ao nível da própria evolução da igualdade de género. Exemplos de políticas e fenómenos macroeconómicos que possuem diferentes consequências em termos de género são as políticas de ajustamento estrutural, de austeridade e flutuações do mercado de trabalho (Stotsky, 2006).

Apesar dos modelos macroeconómicos lidarem com agregados, é possível integrar desigualdade de género nestes modelos através de rácios agregados que reflitam diferenças sistemáticas e persistentes de comportamento em termos de género. Estas diferenças têm especial importância na formulação de políticas e diferentes resultados macroeconómicos (Stotsky, 2006).

Tendo em conta o objetivo desta dissertação, é imperativo considerar a literatura sobre as políticas macroeconómicas enquanto determinante da desigualdade de género. Para isso, vamos considerar os estudos que tratam, enquanto determinantes da desigualdade de género, a desagregação tradicional das políticas macroeconómicas em políticas conjunturais e políticas estruturais (Burda & Wyplosz, 2013).

### **2.3.1. Políticas Conjunturais e Desigualdade de Género**

As políticas conjunturais referem-se a políticas de gestão da procura e visam melhorar a capacidade produtiva de determinada economia, tendo objetivos de natureza quantitativa. São os instrumentos utilizados pela política macroeconómica no sentido de atingir objetivos como o crescimento económico e o pleno emprego (Samuelson, 1948). As

flutuações macroeconómicas são uma característica de todas as economias, apesar de que as suas implicações em países em desenvolvimento podem ser mais penosas dado que os choques externos podem ser mais severos (Stotsky, 2006).

As políticas conjunturais podem subdividir-se nas seguintes políticas: orçamental, monetária e cambial.

Nas economias ocidentais, as políticas orçamental e monetária estão baseadas no conceito de uma economia em que a produção e o investimento são feitos por empresas orientadas para o mercado, as quais geram rendimento para os agregados familiares que, por sua vez tomam decisões de investimento ou poupança. Nos modelos macroeconómicos atuais, o trabalho que não esteja relacionado com produção é considerado “non market work” (Elson, 2002).

#### **2.3.1.1. Política Orçamental e Desigualdade de Género**

A política orçamental pode ser definida como um “conjunto de decisões ou regras relativas a impostos e a despesas públicas, com o propósito de atenuar flutuações do ciclo económico, manter o desemprego próximo do seu valor de equilíbrio e evitar o aparecimento de pressões inflacionistas ou desinflacionistas” (tradução livre pág. 410) (Samuelson, 1948).

Medidas de austeridade orçamental têm normalmente por objetivo, reduzir défices crescentes (Stotsky, 2006).

Em termos do impacto sobre o rendimento disponível, quando o objetivo é a redução ou eliminação do défice público torna-se essencial falar do aumento de impostos bem como da diminuição de subsídios. Um aumento dos impostos sobre o rendimento ou sobre o valor acrescentado ou a diminuição de subsídios leva, normalmente, ao aumento dos preços do consumidor, que deverá recair de forma mais notória sobre os preços do álcool, tabaco ou produtos petrolíferos. O aumento dos preços destes produtos poderá afetar os membros do agregado familiar, dependendo da natureza das decisões de consumo familiar deste agregado. Se dentro de um agregado familiar, o consumo de produtos alcoólicos for insensível ao preço, então, estes produtos vão continuar a ser consumidos, fazendo com que haja uma diminuição do orçamento para o consumo de outros produtos de necessidade básica. Como normalmente é função das mulheres assegurar as necessidades básicas do agregado familiar, estes cortes vão afetar desproporcionalmente as

mesmas, em termos do seu rendimento disponível e do preço de bens e serviços (Stotsky, 2006).

Em relação à diminuição de serviços públicos, nomeadamente serviços sociais como a educação e a saúde, os quais empregam relativamente mais mulheres do que homens, o impacto será também relativamente maior sobre as mulheres (Elson, 2002). Em caso da diminuição de serviços de saúde ou educação, as mulheres passam, tendencialmente, a assegurar atividades relacionadas com o trabalho não remunerado como a prestação de cuidados a doentes e crianças. Haverá, portanto, uma substituição do trabalho remunerado por trabalho não remunerado, afetando, deste modo, o mercado de trabalho bem como o poder económico das mulheres. De facto, a diferente alocação do tempo disponível das mulheres poderá ser uma das mais sérias implicações das restrições orçamentais ((Seguino, 2013); (Stostky, 2006)).

Portanto, a diminuição de serviços públicos poderá significar *downsizing* dos mesmos. Este processo, natural em épocas marcadas por austeridade orçamental, afeta de forma desproporcional as mulheres já que estas, para além de estarem com mais frequência empregadas no setor público, em média, têm menos educação, menos anos de experiência e podem ser alvo de discriminação fruto de normas sociais, ou seja, de quem parece ser mais merecedor do emprego quando estes são escassos ((Berik & Rogers, 2007); (Stotsky, 2006)).

Por outro lado, o processo referido anteriormente poderá também aumentar as diferenças salariais entre os dois géneros dado que o setor público é o empregador com mais benefícios e salários mais elevados para as mulheres, em países como a China e a Etiópia (Berik & Rogers, 2007).

Os estudos de Appleton *et al.* (1999) e Appleton *et al.* (2002) demonstram que para países como a China e a Etiópia, as trabalhadoras que foram dispensadas do setor público enfrentaram dificuldades em assegurar trabalhos semelhantes no setor privado. No sentido de obter trabalho remunerado, estas passaram a trabalhar no setor informal, com condições precárias de trabalho. No limite, passam a não fazer parte do mercado de trabalho remunerado. Importa referir que, na maior parte dos casos, a tarefa de alisar o rendimento familiar é das mulheres (Seguino, 2013) e, portanto, estas políticas vão afetar de forma desproporcional as mesmas.

Note-se que o impacto dos cortes orçamentais não surte o mesmo efeito quando comparamos cortes da despesa em termos de educação ou saúde e cortes em termos de

áreas como a defesa. Assim, tal como identificado por Elson (2002), certos cortes da despesa têm impactos mais gravosos sobre as mulheres.

Abordamos agora a privatização de empresas públicas que, segundo Berik & Rogers (2007), integra a maior parte das reformas económicas.

No curto prazo, esta privatização terá impacto negativo no mercado de trabalho dado que os trabalhadores poderão perder a sua fonte primária de rendimento. Este efeito é especialmente gravoso pois, em alturas de austeridade, os governos não têm capacidade de assegurar as medidas de compensação necessária para os trabalhadores despedidos. Assim, no sentido de assegurar rendimentos, estes trabalhadores vão passar a integrar o setor informal.

Assim, através de mecanismos distintos, a política orçamental afeta oportunidades de emprego. A rigidez das normas associadas à divisão do trabalho por género vai influenciar a alocação dos novos empregos gerados e, portanto, afeta também as diferenças salariais em termos de género.

A construção de infraestruturas exemplifica bem este impacto distinto. A diminuição de despesas implica não só um aumento de encargos para as mulheres em países onde estas têm a responsabilidade de fornecer água, alimentos e transportar bens para os mercados no sentido de obter rendimento (Seguino, 2013) como também, num contexto de liberalização do mercado, pode impedir que as mulheres tirem partido do aumento dos preços que segue este processo (Evers e Walters (2000)(*apud* Berik & Rogers, 2007).

Para além disso, os projetos de obras públicas que são adotados para impulsionar oportunidades de emprego são normalmente empregos associados ao homem (por exemplo, construção e trabalhos rodoviários), ou seja, estes empregos gerados beneficiam desproporcionalmente os homens.

Sendo que os gastos públicos podem ser usados como instrumento de criação de emprego, nomeadamente podendo potenciar o emprego dirigido às mulheres, os países estão frequentemente em situações de grande pressão para diminuírem a despesa pública. Em parte, esta pressão é uma consequência direta do livre comércio pois este reduziu as receitas do estado pela via fiscal, bem como da liberalização financeira e do poder de veto dos mercados financeiros face à fuga dos investidores de economias com défices ao nível do orçamento público (com medo que estes défices resultem em inflação, diminuindo os seus retornos financeiros). O resultado destas tendências é a diminuição do investimento global do setor público no PIB (Stotsky, 2006).

Note-se em particular que a liberalização dos mercados pode ter impactos negativos mais gravosos sobre as mulheres. No contexto africano, o estudo realizado por Evers & Walters (2000) (*apud* Berik & Rogers, 2007) demonstra os constrangimentos que as mulheres agricultoras enfrentam em termos de direitos de propriedade, estruturas de transporte e mercado deficientes, impedindo que estas tirem partido do aumento dos preços que seguem a liberalização dos mercados.

Por outro lado, quando a política orçamental considera o trabalho não remunerado conseguirá potenciar a capacidade de crescimento económico (Anderson, 2016). Um exemplo dado pelo autor é o caso do investimento feito em transportes que poderá melhorar a mobilidade da população, inclusive das mulheres. Isto porque permite o seu acesso por exemplo a cuidados de saúde, melhorando assim a sua produtividade. Por outro lado, o acesso a tecnologias de informação e comunicação poderá diminuir o trabalho não remunerado das mulheres, bem como permitir o acesso das mulheres a informação relevante, aumentando as suas capacidades. Podemos concluir que, quando o investimento público tem em consideração a desigualdade de género via trabalho não remunerado, focando-se no investimento em áreas como a educação e infraestruturas, irá estimular o crescimento económico também pela via do aumento da participação das mulheres em trabalho remunerado e pelo aumento da produtividade das mulheres.

#### **2.3.1.2. Política Monetária e Desigualdade de Género**

A quantidade de informação disponível sobre o impacto das políticas monetárias sobre a desigualdade de género é limitada (Berik & Rogers, 2007). Ainda assim, é possível identificar alguns contributos na literatura.

Os bancos centrais, de uma forma geral, têm como principal objetivo da política monetária manter a inflação baixa (para diminuir a incerteza para investidores e consumidores), não atribuindo tanta importância ao impacto da política em termos de emprego e crescimento, (Braunstein, 2013; Epstein, 2003).

Ao afetar as taxas de juro e o crédito disponível, a política monetária influencia o nível de desemprego. Por exemplo, as medidas para estimular o crédito podem aumentar o número de empregos, afetando diretamente as mulheres com o aumento do acesso ao mercado de trabalho, desde que as normas sociais não contrariem esta tendência. No entanto, os bancos centrais têm adotado políticas monetárias contracionistas, privilegiando o objetivo sobre as taxas de inflação (Seguino, 2013).

A política monetária desinflacionista poderá afetar o mercado de trabalho. Do lado da oferta de trabalho, é esperado que trabalhadores com menos competências produtivas, ou seja, baixos níveis de educação ou experiência, tenham taxas mais elevadas de desemprego o que, nos países em desenvolvimento, afeta mais as mulheres. Por sua vez, do lado da procura por trabalhadores, as normas sociais, as instituições do mercado ou as preferências dos empregadores podem levar a que haja discriminação na contratação de trabalhadores femininos (Seguino, 2003) (*apud* Berik & Rogers, 2007).

Vários estudos, por exemplo Braunstein & Heintz (2008), mostram que existe um aumento das taxas de desemprego depois da aplicação de políticas de redução de inflação. Em termos de política monetária, os países que influenciam a inflação por via do aumento das taxas de juro ou através da restrição da oferta de moeda, poderão sofrer perdas em termos de emprego, que afetam particularmente as mulheres. Por outro lado, os países que mantêm as taxas de câmbio reais a níveis competitivos são capazes de reverter os efeitos negativos da redução da inflação sobre o mercado de trabalho, em épocas de desaceleração económica.

A ênfase dos bancos centrais no *target* para a inflação tem também consequências ao nível da distribuição de rendimento. A baixa inflação aumenta a taxa de retorno real dos investimentos, impulsionando os rendimentos dos agentes económicos empreendedores. O custo, no entanto, é medido em termos de empregos. Isso porque diminuindo a oferta de moeda, diminui-se o nível de crédito disponível e havendo o aumento das taxas de juro. Os custos mais elevados de empréstimos prejudicam o investimento, e como resultado, o crescimento do emprego (Seguino, 2013).

Assim, os trabalhadores podem perder com a política de prossecução do *target* da inflação, nomeadamente os pequenos agricultores para os quais, a disponibilidade de crédito diminui. Apesar das evidências serem poucas, os investigadores sugerem que as mulheres perdem emprego de forma desproporcional relativamente aos homens quando a oferta de moeda diminui no sentido de combater a inflação ((Braunstein & Heintz, 2008); (Takhtamanova & Sierminska, 2009); (Seguino & Heintz, 2012)).

Em suma, o acesso a crédito é também um canal pelo qual a política monetária poderá afetar a desigualdade de género. Com a diminuição do crédito disponível, resultado de uma política monetária restritiva, as mulheres terão ainda menos acesso a crédito já que, como defendido na literatura, estas têm menor acesso do que os homens (Berik & Rogers, 2007).

No entanto, o impacto da política monetária restritiva pode ser também favorável. Se a diminuição da oferta de crédito conduzir à redução da inflação, as mulheres, que têm a responsabilidade de suportar a família na maior parte de países de baixo rendimento, poderão obter ganhos pela estabilidade dos preços dos bens e serviços que consomem (Packard, 2006).

Ainda assim, o objetivo de manutenção da inflação baixa é tipicamente levado a cabo pelos bancos centrais em detrimento de outros objetivos económicos essenciais como a criação de emprego. O financiamento global da economia pode estar na base deste problema pois existe a pressão crescente para que as economias mantenham baixas taxas de inflação no sentido de evitar que os países tenham problemas na balança de pagamentos ((Epstein & Yeldan, 2008); (Braunstein, 2013)). Presentemente, o crescimento económico internacional é irregular e geograficamente demasiado concentrado para ser suficiente para gerar novos empregos em termos globais. Nestas condições, a estabilidade de preços *per se* não será suficiente para manter a estabilidade macroeconómica pois não será capaz de assegurar a estabilidade financeira e a criação de emprego (Epstein & Yeldan, 2008). Assim, o custo mais visível da desinflação é o aumento do desemprego. Não tão visível, e importante no longo prazo, é a diminuição do capital social e humano que também está associada (Elson, 2012).

Como consequência da conjuntura económica dos últimos anos, o congelamento do crédito levou a uma diminuição abrupta do investimento e do consumo, bem como à redução da procura agregada, à diminuição de empregos e, consequentemente, à diminuição do bem-estar. A desaceleração económica nos países desenvolvidos afetou de forma notória os países em desenvolvimento por via da diminuição da procura e do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (Seguino, 2010).

Apesar de terem sido tomadas medidas no sentido de mitigar o ciclo económico, a análise macroeconómica não teve em consideração as distorções em termos de género dos mercados de bens, capital e trabalho. Assim, as restrições tiveram implicações ainda mais gravosas, em termos económicos, para as mulheres (Wekwete, 2005).

Sendo então que as implicações das políticas monetárias e cambiais não têm em consideração as implicações em termos de género (Erturk, 2004), os efeitos negativos em termos de bem-estar e emprego podem ser diferentes e, potencialmente, mais elevados daqueles que seriam de esperar (Braunstein & Heintz, 2008).

Apesar de ser necessário evitar taxas de inflação excessivas bem como défices públicos, é necessário que, primeiramente, se analisem os custos não comerciais antes de serem tomadas medidas para atingir níveis aceitáveis de inflação e déficit público. Um setor público mais reduzido aumenta a pressão para as mulheres na capacidade de balancearem a qualidade de vida com emprego remunerado, o que vai resultar numa economia onde os custos financeiros diminuem, mas em que aumentam os custos em termos de saúde, bem-estar e harmonia social. É necessário, portanto, que políticas orçamentais e monetárias passem a considerar os custos não financeiros aquando da sua conceção (Elson, 2012).

Como conclusão, importa reiterar que a informação existente sobre a forma como a política monetária poderá afetar homens e mulheres de forma diferente é ainda muito escassa (Berik & Rogers, 2007).

### **2.3.2. Política Estrutural e Desigualdade de Género**

Os choques petrolíferos das décadas de 1970 e 1980 e as crises económicas internacionais associadas ficaram marcados por uma série de programas de ajustamento estrutural, tendo sido realizados vários estudos sobre o impacto das medidas adotadas. A maior parte desses estudos conclui que a fonte de perda de bem-estar dos grupos mais vulneráveis, incluindo as mulheres, não era apenas um efeito secundário destes programas, mas sim um resultado da conceção dos mesmos ((Berik & Rogers, 2007); (Karademir, 2016)).

Segundo Karademir (2016), os programas de ajustamento estrutural têm por objetivo promover a estabilidade económica no longo prazo, fomentar o crescimento económico sustentável e desenvolver um mercado que vá de encontro às tendências do mercado global. Pode basear-se em medidas quantitativas que tipicamente se referem a variáveis da política macroeconómica como agregados monetários e instrumentos orçamentais ou em medidas estruturais que dizem respeito a melhorias em termos das operações do setor financeiro, reforma do sistema de segurança social ou a reestruturação de setores fundamentais como o setor da energia (Campbell, 2010), permitindo assim, aumentar a eficiência na alocação de recursos e facilitar a transferência de recursos para o investimento a nível do setor privado (Elson, 1995).

Segundo Wekwete (2005), as experiências de reformas económicas, em particular os programas e as políticas de ajustamento estrutural, demonstram que os esforços feitos no sentido de alcançar eficiência e competitividade dos mercados nem sempre levam aos



objetivos desejados como o aumento da produtividade ou o crescimento económico, sendo formulados em termos do PNB, da balança comercial, dos bens transacionáveis e não transacionáveis, não tendo em consideração variáveis que refletem a desigualdade de género como, por exemplo, o trabalho não remunerado realizado por parte das mulheres (Karademir, 2016).

Drimie (2003), num estudo sobre a África do Sul, demonstra que os programas de ajustamento estruturais criaram vários constrangimentos em setores onde as mulheres têm uma maior representatividade, tal como o sector agrícola e o têxtil. De facto, um dos objetivos comuns destes programas é a liberalização do comércio através da desregularização do mercado de trabalho, do mercado financeiro e dos preços agrícolas (Karademir, 2016). Tais políticas, devido a princípios básicos da liberalização do mercado, poderão levar ao aumento do preço das *commodities* básicas com impactos vários: sobre a alimentação e, por isso, sobre os salários reais; sobre a capacidade do governo pagar importações essenciais como eletricidade e combustível; e sobre a disponibilidade e quantidade dos serviços públicos disponíveis (Wekwete, 2005). Em termos de desigualdade de género, a implementação de tais medidas poderá levar ao aumento de violência contra mulheres em termos económicos ou em termos pessoais dado que o aumento do preço de bens essenciais poderá levar à necessidade das mesmas ingressarem em trabalhos com baixos rendimentos e baixas capacidades produtivas (Karademir, 2016).

Nos últimos anos, as políticas de ajustamento estrutural têm vindo a ser alvo de críticas pois, ao não terem em consideração a desigualdade de género, reduzem a eficiência dos objetivos. O exemplo mais representativo de perda de eficiência a este nível acontece porque os objetivos definidos não têm em consideração o impacto completo destes programas na economia reprodutiva. Por exemplo, quando o objetivo é a diminuição do défice da balança corrente e não são tidos em consideração os efeitos na desigualdade de género da diminuição dos gastos em termos de serviços sociais, haverá um aumento do tempo despendido pelas mulheres em termos de trabalho não remunerado em atividades como, por exemplo, o auxílio a idosos e crianças, fruto da escassez de serviços públicos que asseguram estes cuidados (Karademir, 2016).

Assim, ao não ter em consideração as distorções do mercado de bens e serviços, capital e trabalho não remunerado que limitam a atividade económica das mulheres, a análise do impacto de políticas macroeconómicas na produção e no crescimento são mais otimistas ((Karademir, 2016); (Wekwete, 2005)). Contudo, torna-se difícil contornar esta limitação na

conceção das políticas uma vez que, sendo os programas aplicados em diversos países, frequentemente em países em desenvolvimento, os recursos estatísticos que permitiriam desenhar uma conceção de política mais orientada para a especificidade de cada país, nomeadamente avaliando o impacto dos programas na desigualdade de género, são muito escassos bem como a utilização de diferentes *policy tools* cuja análise leva a resultados contraditórios (Karademir, 2016). Por outro lado, avaliar o impacto da política estrutural nas mulheres torna-se ainda mais difícil pelo facto deste impacto depender de variáveis que se alteram de grupo para grupo, como por exemplo, entre pequenas agricultoras e trabalhadoras do setor informal.

Karademir (2016) afirma que o impacto negativo de programas de ajustamento estrutural na desigualdade de género será tanto maior quanto maior a desigualdade existente em termos de acesso a recursos, escolaridade e transportes públicos, antes da implementação de tal programa.

Já no que diz respeito à desregularização do mercado de trabalho, os modelos macroeconómicos assumem que este é capaz de se ajustar rapidamente no sentido de oferecer oportunidades de trabalho iguais e recompensas de acordo com a produtividade. Contudo, a literatura sobre desigualdade de género mostra que as mulheres continuam a ser um dos grupos mais vulneráveis, sendo sempre relativamente mais afetadas quando ocorre uma alteração nesse sentido. De facto, a regulação do mercado de trabalho, apesar de poder criar barreiras para os indivíduos que não fazem parte do mesmo, pode também criar um mercado mais inclusivo através do aumento da proteção de trabalho nos diferentes setores como o setor dos serviços ou através da regulação de contratos *non-standard*, como é o caso de contratos *part-time*, onde as mulheres poderão estar representadas de forma desproporcional (Rubery, 2011).

Já o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) de 2006 (*apud* Rubery, 2011) afirma que existem evidências de efeitos adversos para as mulheres quando passa a existir uma entidade reguladora no mercado de trabalho. As políticas e reformas de regulação do mercado de trabalho poderão estabilizar o emprego quando aplicadas a setores dominados por mulheres e, portanto, minimizar o risco de desemprego e inatividade no longo prazo, mas, por outro lado, podem criar barreiras à entrada no mercado de trabalho.

Em termos da utilização do salário mínimo enquanto estabilizador automático, as mulheres podem beneficiar pois têm rendimentos de trabalho em média inferiores aos dos

homens, desvio que tende a ser mais proeminente nos países em desenvolvimento. A política de salário mínimo, ao atuar em setores tipicamente localizados na parte inferior da hierarquia salarial, onde as mulheres estão presentes com maior frequência, poderá ser eficaz na redução das diferenças salariais entre géneros (Rubery, 2011).

Vários autores defendem que a baixa valorização do trabalho desempenhado por mulheres se deve ao facto de estas serem consideradas “*second income earners*” ((Humphries, 1977); (Power, 1999); (Mutari *et al.*, 2001); (Figart *et al.*, 2002)) (*apud* Rubery, 2011). Logo, a intervenção estatal poderá ser decisiva no aumento da valorização do trabalho executado por mulheres, em particular nos setores de atividades de cuidado e nos setores de comercialização (Rubery, 2011).

Importa referir que, como afirma o relatório da OCDE de 2006 (*apud* Rubery, 2011), apenas 10% do aumento da taxa de emprego das mulheres em países como a Austrália, Canadá e Espanha se deve a reformas da política estrutural.

Apesar da literatura sobre reformas estruturais em termos de saúde não estar muito desenvolvida, artigos como o de Doyal (2000) demonstram que a igualdade de género tem vindo a tornar-se um objetivo em termos de política da saúde a nível nacional e internacional, passando a serem tidos em consideração quais os recursos que devem ser garantidos para os dois géneros e quais aqueles que são relativamente mais necessários para um. Recursos como água, alimentação e segurança psicológica e física devem ser garantidos para os dois géneros enquanto, devido a diferenças biológicas, existem recursos que devem ser garantidos primeiramente a mulheres. Estas diferenças biológicas devem ser identificadas antes da conceção das políticas de saúde. Importa também referir que as diferenças de alocação de recursos entre homens e mulheres tem impacto no bem-estar dos diferentes géneros e que, portanto, reformas estruturais que não tenham em consideração a dinâmica da desigualdade de género vão influenciar mais uma vez dimensões sociais, como é o caso da saúde.

Assim, as políticas têm de ser desenhadas no sentido de garantir que os recursos sociais e económicos são distribuídos de forma igualitária, nomeadamente na área da saúde. Para que tal seja efetivo, é necessário que várias das limitações enfrentadas por ambos os géneros sejam combatidas. Debates políticos que garantam que ambos os géneros façam escolhas mais saudáveis necessitam de políticas que visem a educação para tal, bem como políticas que permitam empregos mais flexíveis e alterações nos sistemas sociais. Por outro lado, é necessária uma transformação de instituições decisoras no sentido de incorporar a

desigualdade de género como problema social e económico para garantir a igualdade de género (Doyal, 2000). Gideon (2010) enfatiza esta ideia lembrando que a maior parte das decisões tomadas em termos macroeconómicos são feitas ao nível do Ministério das Finanças ou Bancos Centrais onde, o número de mulheres continua a ser reduzido. Além disso, as instituições responsáveis por temáticas relacionadas com problemas de mulheres continuam a ter pouco poder de decisão e a sua área de intervenção é normalmente focada na saúde ou na educação e não em áreas relacionadas com a política macroeconómica.

Como já acima mencionado, a literatura sobre o papel da desigualdade de género na conceção das políticas macroeconómicas, quer conjunturais quer estruturais, continua a ser escassa. Apesar disso, Gladwin (1991) realiza um estudo de caso que identifica de forma clara o impacto negativo de políticas de ajustamento estrutural no bem-estar económico e social das mulheres (Karademir, 2016). Este estudo torna-se importante em termos do posicionamento das mulheres em atividades produtivas dado que cerca de 46% dos agricultores em países subsarianos são mulheres. O estudo conclui que, quando não é tida em consideração a divisão do mercado de trabalho em termos de género, a transferência de colheitas de subsistência para colheitas exportáveis e rentáveis poderá diminuir o bem-estar das mulheres em termos do aumento do trabalho não remunerado. Isto porque uma das funções das mulheres é o fornecimento de alimentos para o agregado familiar. Assim, devido ao reduzido poder económico das mulheres, característica comum neste tipo de países, os homens passam a controlar os lucros obtidos através das colheitas, reduzindo mais uma vez o poder de negociação das mesmas. Esta conclusão resultou da análise de dois países da África Subsariana, Malawi e Camarões, onde uma das medidas adotadas em termos de ajustamento estrutural foi a eliminação de subsídios referentes à utilização de fertilizantes para pequenos agricultores. Segundo este programa, apenas quando existe um aumento incremental de grãos cultivados é que a utilização de fertilizantes é eficiente em termos de custos relativamente ao aumento de preços ou de importação de alimentos. Este tipo de medidas acabou por penalizar bastante as mulheres. De facto, esta política da redução de subsídios para fertilizantes acabou por aumentar a desigualdade de género dado que, ao direcionar a produção agrícola para um setor produtivo ao invés de produção para subsistência, o acesso das mulheres a fertilizantes com o intuito de obter alimentos para o agregado familiar, tornou-se mais caro e escasso, fruto do aumento dos preços devido ao aumento das exportações.

O mesmo estudo conclui ainda que, quando existe incentivo ao crédito, as mulheres são novamente prejudicadas devido às dificuldades enfrentadas pelas mesmas não só em termos de falta de rendimento para a obtenção de crédito como também em termos dos entraves colocados pela incapacidade de lidarem com a complexidade jurídica associada.

## Capítulo 3. Metodologia e Principais Resultados

### 3.1. Considerações Metodológicas

No sentido de responder à questão de investigação e aos objetivos identificados anteriormente, será desenvolvido um exercício bibliométrico.

O exercício bibliométrico é um método quantitativo que se baseia no estudo de padrões de publicação, *bibliographing* (contagem do número de resumos e índices bibliográficos ou bases de dados na qual consta a informação sobre o artigo em questão), acoplamento bibliográfico (co-citação e co-ocorrência), análise de citações de artigos e patentes científicas (Wallin, 2005). É definido por Diodato (1994) como uma análise estatística e matemática de padrões de publicação de artigos e outros documentos. Permitindo assim explorar, organizar e analisar informação histórica, possibilitando a análise de padrões de publicação na literatura (Daim *et al.*, 2006).

A utilização deste método de análise da literatura científica tem vindo a aumentar de forma significativa ((Hood & Wilson, 2001); (Willett, 2007))o que poderá ter que ver com o aumento da disponibilidade de publicações nas diferentes bases de dados, proporcionando, assim, a análise rápida de um conjunto de publicações caracterizadas por diferentes variáveis bibliográficas como o autor, local de publicação, palavras-chave associadas e citações (Willett, 2007).

Em 1989, Allan Pritchard define bibliometria como a área de estudo que utiliza métodos matemáticos e estatísticos para investigar e quantificar os processos de comunicação escrita.

Os indicadores bibliométricos mais utilizados são os indicadores do desempenho científico de organizações, agências e países com base nas contagens de publicações e citações na literatura científica (Narin & Hamilton, 1996), sendo normalmente utilizadas três bases de dados: ISI Web of Science (WoS), Google Scholar e Scopus (Nagarajan *et al.*, 2015). No que diz respeito à utilidade deste estudo bibliográfico, note-se que esta informação permite analisar por exemplo, o desenvolvimento de um determinado tema em termos de literatura bem como a enumeração dos principais autores e as colaborações mais importante para uma determinada temática (Willett, 2007). Inclusive, Merino *et al.*, (2006) reconhecem as análises bibliométricas como uma forma de identificação de áreas emergentes ou pouco exploradas na literatura.

Apesar das vantagens enumeradas anteriormente provenientes da utilização do estudo

bibliométrico no que diz respeito à identificação de padrões da literatura sobre determinando tema, importa referir que um exercício bibliométrico está sempre sujeito a algum tipo de constrangimento dado que as palavras chave utilizadas vão limitar a realidade que está a ser estudada (Silva & Teixeira, 2008).

No que diz respeito às diferentes bases de dados, apesar do WoS ser a base de dados mais antiga, de acordo com Adriaanse & Rensleigh (2013) (*apud* Nagarajan *et al.*, 2015), a base de dados Scopus apresenta um melhor desempenho em termos de inconsistências de título incorreto, autor e número de volume do que as outras bases de dados, assim como uma maior correlação de artigos científicos e citações (Archambault *et al.*, 2009). Contudo, apesar de incluir mais artigos e revistas, a Scopus está limitada a artigos mais recentes (Falagas *et al.*, 2008).

No sentido de abranger o maior número de artigos possível optou-se por usar as bases de dados Scopus e a WoS. As combinações de palavras chave utilizadas estão descritas na Tabela 1. A pesquisa foi limitada às subáreas: “Economics, Econometrics e Finance”; “Business and Administration” para a base de dados Scopus e “Economics”, “Business” e “Women’s Studies” para a base de dados WoS. Os campos de pesquisa considerados nas duas bases foram “article title+abstract+keywords”, tendo a pesquisa sido limitada aos artigos escritos em inglês. Os resultados da pesquisa encontram-se também descritos na Tabela 1.

Combinações de palavras chave	Scopus	WoS	Total	Base de dados final
“Gender Inequality”	546	534	1080	930
“Gender Inequality” e “Macroeconomic Policy”	4	4	8	6
“Gender Inequality” e “Fiscal Policy”	1	1	2	1
“Gender Inequality” e “Monetary Policy”	-	1	1	1
“Gender Inequality” e “Structural Policy”	-	-	-	-
“Gender Inequality” e “Education Policy”	5	-	5	5
“Gender Inequality” e “Health Policy”	2	1	3	2
“Gender Inequality” e “Distribution Policy”	1	-	1	1
“Gender Inequality” e “Redistribution Policy”	-	-	-	-

**Tabela 1: Número de artigos obtidos por combinação de palavras chave – Scopus e WoS**

Fonte: elaboração própria com base nos dados retirados das bases de dados Scopus e WoS (acedido em 4 de maio de 2018).

Esta pesquisa resultou num total de 1080 artigos, exportados para uma folha de Excel, sendo criada uma base de dados com os seguintes campos: autor(es), nome do artigo, revista, país, ano de publicação e a fonte.

Depois de uma análise prévia aos artigos presentes na base de dados, verificou-se que 150 constavam nas duas bases de dados pelo que apenas foram considerados uma vez no exercício de bibliometria, chegando-se à base de dados final. É possível observar este processo de eliminação de artigos repetidos na última coluna da tabela 1. Estes artigos foram publicados entre 1984 e 2018.

De seguida, os artigos foram analisados através da leitura do resumo e, em alguns casos, do artigo completo. Depois desta análise detalhada para os artigos obtidos com a combinação de palavras “gender inequality”, estes foram subdivididos em 3 grupos de acordo com o objetivo principal da análise:

- Categoria A - identificação dos determinantes da desigualdade de género;
- Categoria B - desigualdade de género e políticas macroeconómicas;
- Categoria C - outros assuntos sobre desigualdade de género.

Assim, 601 artigos passaram a fazer parte da categoria C, explorando tópicos como violência doméstica, a relação de causalidade inversa (*e.g.* o impacto da desigualdade de género no crescimento ou desenvolvimento económico), o empreendedorismo, a saúde, o turismo, *etc.* Como estes tópicos não se enquadram no âmbito de investigação da presente dissertação, não foram tidos em consideração a quando da análise bibliométrica. A Tabela 2 descreve a subdivisão dos diferentes artigos pelas 3 categorias.

	<b>Categoria A</b>	<b>Categoria B</b>	<b>Categoria C</b>
Base de dados	149	158	653

**Tabela 2: Subdivisão dos diferentes artigos pelas 3 categorias**

Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de obter um conhecimento geral e quantificado do estado-da-arte da literatura em termos de desigualdade de género, tornou-se imperativo, dado o elevado número de informação disponível para cada um dos artigos, proceder previamente a seleção dos diferentes campos de análise.

Para além da análise mais comum subjacente aos estudos bibliométricos - número de artigos publicados sobre o tema, principais autores, revistas, afiliação dos autores e



principais países de publicação - foram analisadas de forma mais pormenorizada outras características de cada um dos artigos presentes nas categorias A e B.

Uma dessas características tem que ver com a qualidade dos registos da base de dados. Note-se que as revistas e os artigos científicos são ferramentas essenciais em termos de conhecimento e da difusão do mesmo a nível global, sendo que diferentes artigos têm diferentes “qualidades” (Laband & Piette, 1994) (*apud* Silva e Teixeira, 2008). Sendo assim, através de *rankings* criados por diversas instituições, é possível avaliar a qualidade dos artigos consoante a qualidade das revistas em que os mesmos constam.

Outro aspeto a detalhar, dado que um dos objetivos desta dissertação consiste no reconhecimento dos principais determinantes da desigualdade de género, é precisamente o determinante identificado nos artigos classificados na categoria A. Como já se enfatizou no capítulo de revisão de literatura e tal como defendido por Casarico & Profeta (2015), a desigualdade de género não pode ser explicada apenas por um determinante. Assim foram criadas 6 categorias consoante os diferentes determinantes identificados na literatura: (i) instituições que incorporam determinantes como educação, normas sociais e culturais; (ii) instituições decisoras, religião e tradição; (iii) crescimento económico; (iv) desenvolvimento económico; (v) globalização; (vi) crises económicas e choques tais como guerras.

Foi ainda quantificada a metodologia usada nos artigos presentes na amostra, dividindo-os em 5 categorias de análise: formais, empíricos, empíricos/formais, apreciativos e revisão de literatura (Silva & Teixeira, 2008). Esta classificação dos artigos vai ao encontro da proposta feita por Nelson & Winter (1982). No sentido de diferenciar os artigos que assentam a argumentação teórica no raciocínio matemático daqueles que não seguem qualquer tipo de modelo matemático ou computacional, são criadas 2 categorias: “formal” e “apreciativo”. A categoria “formal” compreende os artigos que têm na sua base uma teorização estruturada na lógica matemática ou computacional enquanto os artigos que integram a categoria “apreciativo” são artigos cuja argumentação assenta em análises mais intuitivas e, até certo ponto, baseados em juízos de valor (Nelson & Winter, 1982).

Posto isto, os artigos classificados como “apreciativos” incluem avaliações, apreciações e argumentos teóricos não havendo a recolha de dados propriamente dita. Por outro lado, os artigos classificados como “formais” contêm modelos matemáticos, trabalhos analíticos ou lógicos. Caso estes artigos utilizem também a análise de dados para a construção dos seus modelos, são incluídos na categoria “empíricos/formais”. Por outro lado, artigos classificados como “empíricos” têm na sua base uma avaliação estatística ou econométrica

enquanto um artigo classificado como “revisão de literatura” tem por objetivo a análise e síntese de literatura científica focada num determinado tema. Os artigos que utilizam uma metodologia empírica podem fazê-lo através de uma análise descritiva e exploratória, bem como através de modelos multivariados ou por via de uma análise qualitativa e de pesquisa. Julgou-se assim pertinente implementar uma análise mais pormenorizada da caracterização da metodologia utilizada pelos artigos empíricos e empíricos/formais.

Por outro lado, torna-se igualmente apropriada a identificação do nível de análise dos artigos em macro, meso e micro. Em termos da desigualdade de género, tal como referido por Fontana & Rodgers (2005), a macro análise é feita frequentemente em termos da divisão da força de trabalho por género entre os diferentes setores produtivos do mercado e o setor reprodutivo. A meso análise analisa dimensões como as instituições responsáveis pela distribuição de recursos e atividades a nível micro. Por fim, a micro análise analisa a desigualdade de género ao nível do indivíduo em termos do acesso e fornecimento de serviços públicos, bem como em termos de impacto de práticas discriminatórias em mercados como o de trabalho e *commodities*, examinado assim de forma particular e pormenorizada a divisão da força de trabalho, recursos e tomada de decisões dentro do agregado familiar.

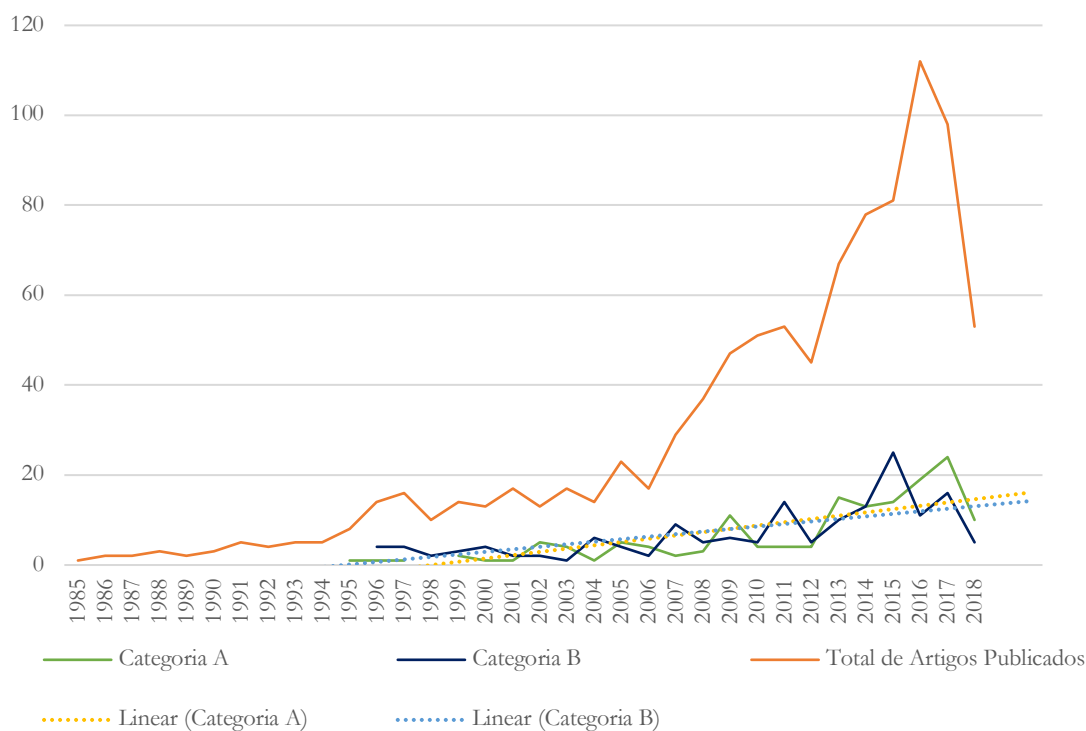
Na próxima seção são apresentados os resultados das várias dimensões da análise bibliométrica.

### **3.2. Resultados da Análise Bibliométrica**

A partir da base de dados final foi feita uma análise bibliométrica exaustiva em linha com o apresentado nas considerações metodológicas.

Por razões de enquadramento do tema dos artigos com os objetivos elencados da dissertação, a análise apenas foi feita para as categorias A e B, como acima mencionado.

A Figura 1 descreve a evolução do número de publicações nas categorias A e B em relação ao número total de artigos publicados sobre desigualdade de género entre 1985 e 2018.

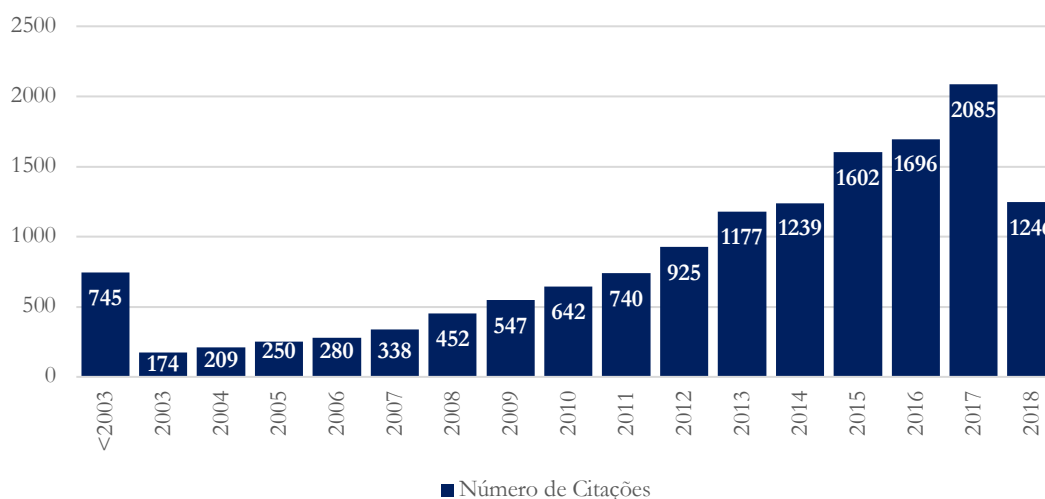


**Figura 1: Evolução do número de artigos publicados sobre os determinantes e as políticas macroeconómicas na literatura sobre desigualdade de género**  
 Fonte: elaboração própria.

Como é possível observar na Figura 1, o número de artigos publicados sobre os determinantes da desigualdade de género (categoria A) e desigualdade de género e políticas macroeconómicas (categoria B) tem vindo a aumentar quando comparado com o número total de artigos publicados sobre desigualdade de género (conforme tendência ajustada). Assim, podemos afirmar que o interesse sobre estas áreas tem vindo a aumentar, sendo que o pico foi atingido em 2017 para os determinantes da desigualdade de género, representando 2,59% do total das publicações sobre desigualdade de género, e, para as políticas macroeconómicas o máximo de publicações foi atingido em 2015, representando 3,02% do total de publicações sobre a desigualdade de género.

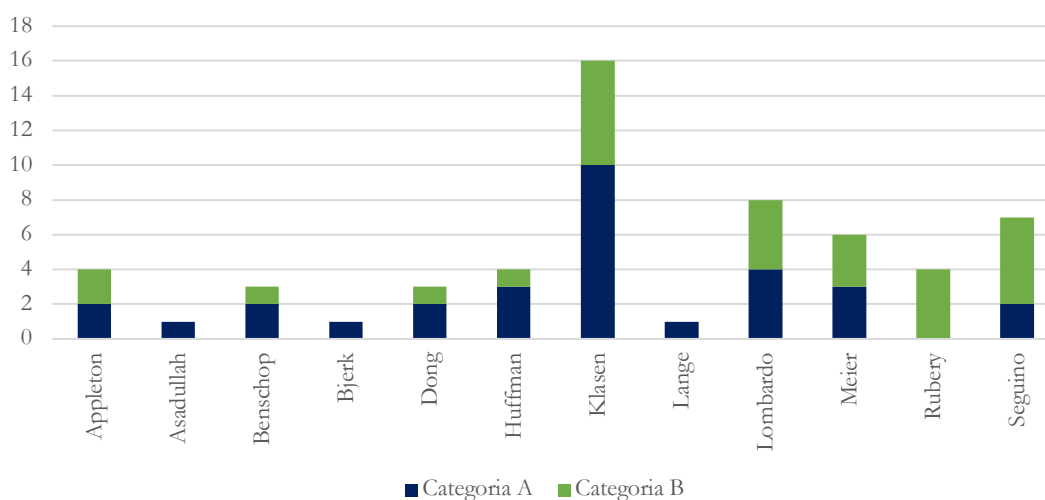
Por outro lado, importa notar que a tendência de publicação de artigos sobre os determinantes da desigualdade de género (categoria A) e o impacto da desigualdade de género na conceção de políticas macroeconómicas (categoria B) é crescente dado que o ano 2018 está incompleto. Através da análise do número de citações dos artigos que constam na base de dados final construída, é possível mais uma vez, aferir o crescente interesse e relevância da temática (ver Figura 2).

Ainda assim, note-se que, como resulta evidente da leitura das tabelas 1 e 2, a área de investigação que foca o impacto da desigualdade de género na conceção de políticas macroeconómicas continua pouco desenvolvida, apesar do progresso nos últimos anos. Dos 930 artigos que integram a base de dados final apenas 158 estudam a relação entre estas duas variáveis.



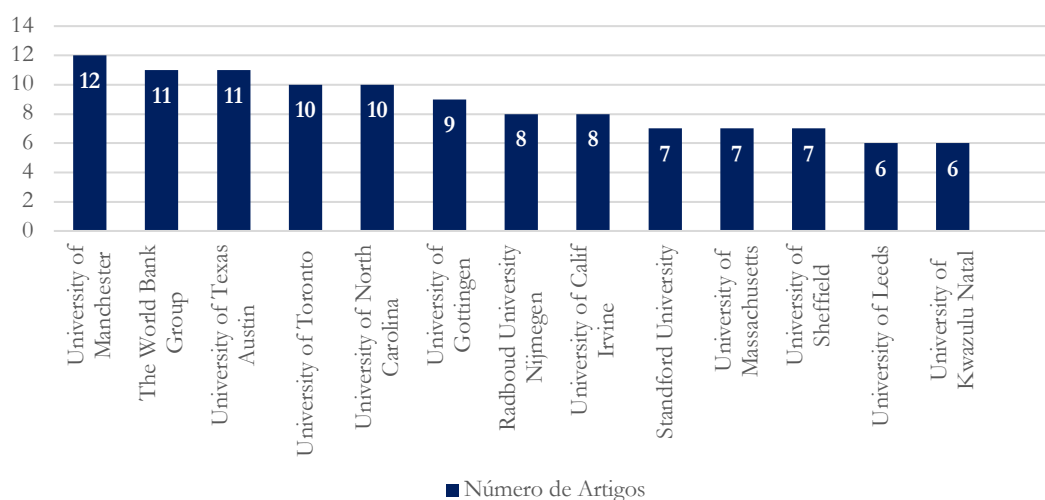
**Figura 2: Número de citações por ano dos artigos que constam na base de dados final**  
 Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Scopus.

No que diz respeito aos principais autores que publicam na área em análise, tal como é possível observar na Figura 3, tanto para a categoria dos determinantes da desigualdade de género como para a categoria que cruza a desigualdade de género e as políticas macroeconómicas, as autoras Klasen, S. e Seguino, S. são as que possuem mais artigos no período em análise, com 4 e 2 artigos sobre os determinantes da desigualdade de género, respetivamente, e 6 e 5 artigos que cruzam a desigualdade de género com a política macroeconómica.



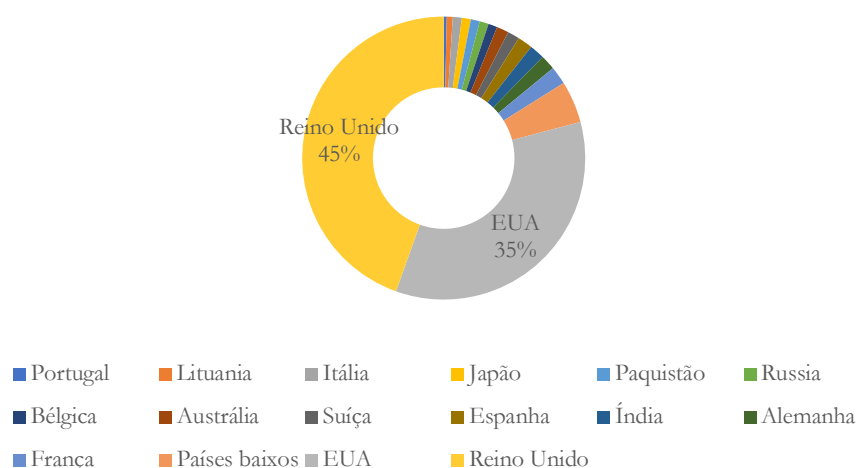
**Figura 3: Número de publicações por autor e por categoria**  
 Fonte: elaboração própria.

Posto isto, a Figura 4 mostra a quantificação do número de artigos presentes na amostra consoante a afiliação do(s) autor(es). Tal como é possível observar na figura, a Universidade de Manchester e a de Texas Austin são as que possuem mais artigos dentro da amostra considerada.



**Figura 4: Número de artigos segundo a afiliação dos autores**  
 Fonte: elaboração própria.

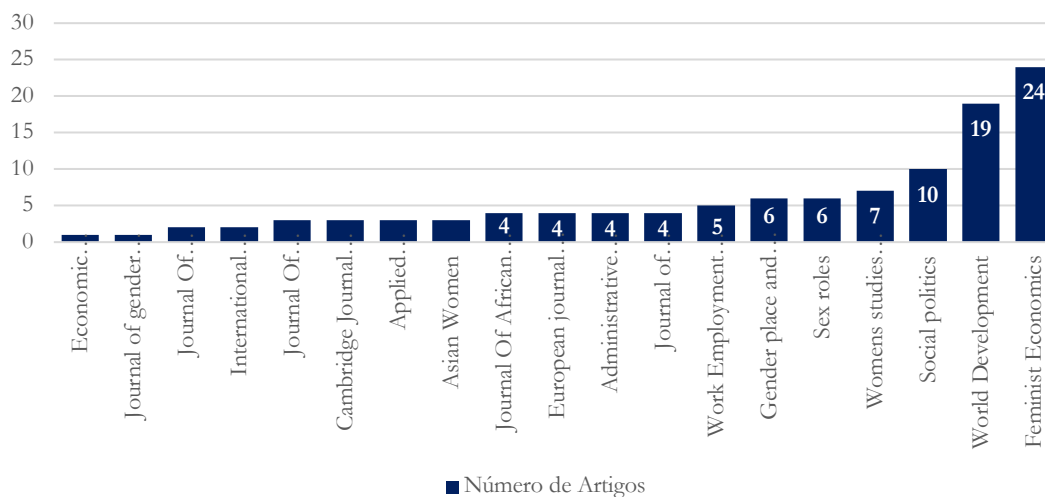
No sentido de conhecer de forma mais clara o padrão de publicação dos artigos, torna-se importante descrever quais os países onde se localizam as instituições de afiliação dos autores que publicam sobre a temática em questão (Figura 5).



**Figura 5: Número de publicações por país**  
 Fonte: elaboração própria.

Tal como é possível observar, os dois países mais representativos são o Reino Unido e os Estados Unidos da América com 45% e 35% do total das publicações, respetivamente.

Em termos das revistas científicas que registam o maior número de artigos publicados sobre o tema em questão destacam-se a *Feminist Economics* e a *World Development*, possuindo respetivamente 19 e 24 publicações de artigos em termos absolutos, tal como descrito na seguinte figura<sup>4</sup>.

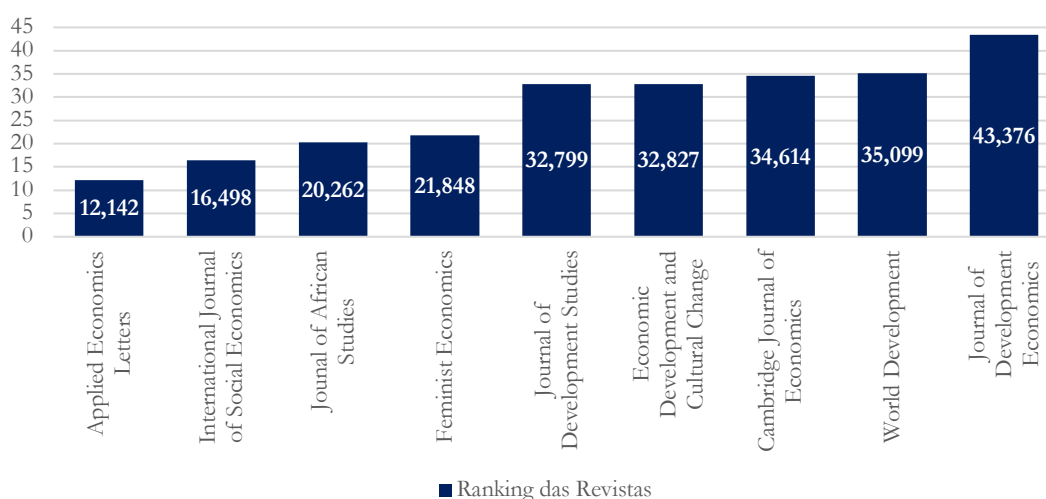


**Figura 6: Número de artigos publicados por revista científica**  
 Fonte: elaboração própria.

<sup>4</sup> É importante notar que não foi possível obter informação sobre quais as revistas científicas que publicaram 177 artigos presentes na amostra, dado que esta informação não constava nas bases de dados Scopus e Web of Science.

No sentido de conhecer de forma mais aprofundada a qualidade das revistas em que os artigos sobre as temáticas estudadas, foi analisada a informação sobre o *ranking* das revistas que publicaram os artigos, tendo sido construída a figura seguinte utilizando informação disponibilizada pelo Centro de Economia e Finanças da UP. Este *ranking* é construído através da média dos resultados de classificações consideradas. O *ranking* utilizado chama-se *ranking cef.up-NIPE* permitindo a análise de diferentes instituições, autores e revistas entre diferentes critérios de classificação da Economia. Este *ranking* vai de 0 a 100 pontos sendo que, as revistas com maior pontuação neste *ranking* são a *Quarterly Journal of Economics*, *Journal of Political Economy* e *Econometrica*.

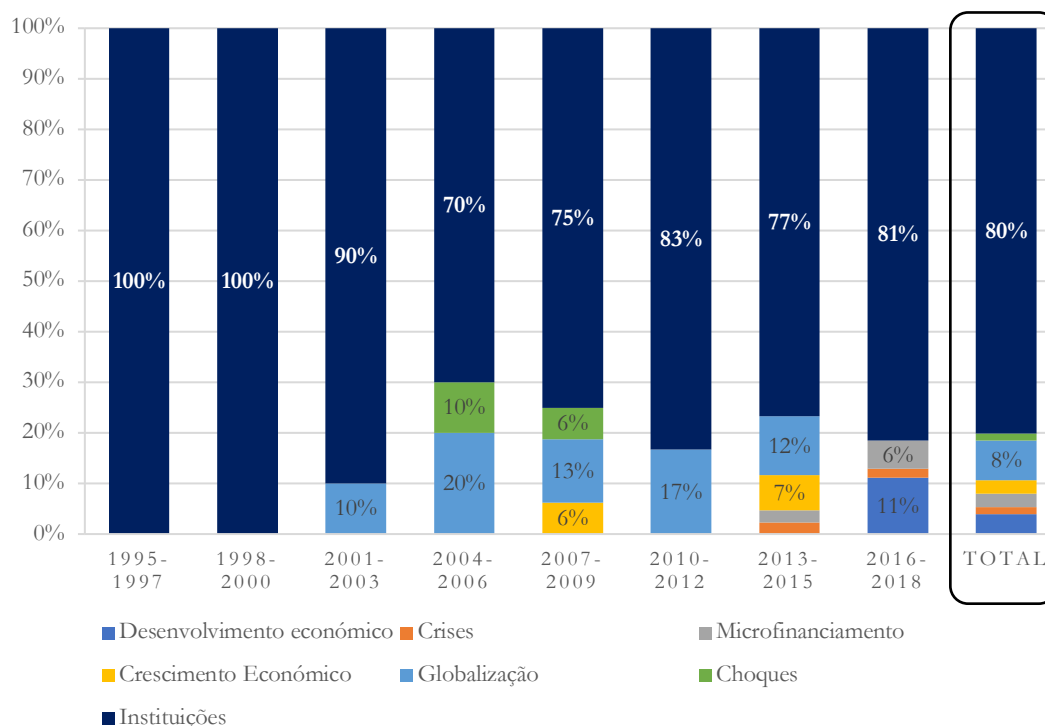
A figura 7 contém as principais revistas em que os artigos em análise foram publicados. Tal como é possível observar, a revista *Journal of Development Economics* é a revista que possui maior pontuação. Destaca-se a importância da revista *Feminist Economics* para o tratamento do tema desta dissertação, também sinalizada em termos de *ranking* na figura 7.



**Figura 7: *Ranking* das revistas científicas com publicações no tema em análise**

Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito à identificação dos determinantes da desigualdade de género nos artigos da base de dados em análise, para a melhor compreensão e exposição dos resultados, optou-se por dividir o período temporal em 8 intervalos, nomeadamente 1995-1997; 1998-2000; 2001-2003; 2004-2006; 2007-2009; 2010-2012; 2013-2015; 2016-2018. Desta forma, os resultados apresentados correspondem aos resultados obtidos para cada um dos intervalos de tempo bem como para o período total entre 1995 e 2018 (Figura 8).



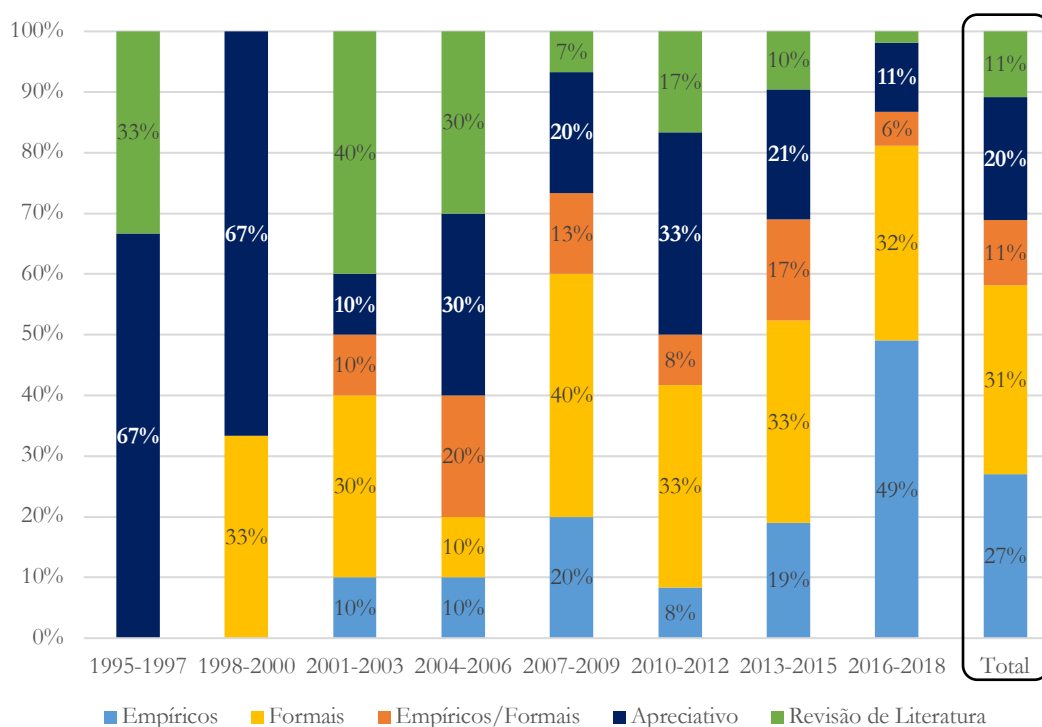
**Figura 8: Os determinantes da desigualdade de gênero por artigo e por período temporal**  
 Fonte: elaboração própria.

Tal como já tinha sido identificado na revisão de literatura apresentada no capítulo anterior, o determinante que aparece mais vezes identificado como estando na origem da desigualdade de gênero são as instituições, sendo que 80% dos artigos publicados que incorporam a categoria A consideram que os determinantes da desigualdade de gênero têm que ver com as instituições. Segundo a literatura, tal acontece porque as instituições poderão impor restrições em termos de bem-estar e oportunidades económicas às mulheres. Em termos dinâmicos, é claro, através da análise da Figura 8, que as instituições foram consideradas como um dos principais determinantes da desigualdade de gênero ao longo de todo o período de análise, sendo que desde 1995 até 2000 o único determinante da desigualdade de gênero considerado na literatura eram as instituições. No período de 2001 e 2003 a globalização começa a ter alguma importância na literatura enquanto determinante da desigualdade de gênero. Importar notar que apenas no período de 2013-2015 é que os restantes determinantes da desigualdade de gênero começam a ser considerados na literatura relevante.



Em termos da metodologia utilizada nos artigos presentes na categoria A, a Figura 9 mostra que 31% dos artigos publicados fazem uso de metodologia “formal”. De seguida, 27% dos artigos utilizam uma metodologia “empírica”, cerca de 20% baseiam-se numa metodologia “apreciativa”, 11% corresponde a artigos que utilizam a metodologia “empírica/formal” e os restantes 11% a artigos que são “revisão de literatura”.

Em termos dinâmicos, note-se que o método de análise apreciativo era dominante no início do período em análise, representando 67% do total de artigos publicados nos anos 1995-1997. Contudo, esta metodologia tem vindo a perder peso relativo, correspondendo a apenas 11% dos artigos em 2016-2018. Os artigos empíricos têm vindo a torna-se muito mais importantes, correspondendo a mais de metade dos artigos publicados (contando com os empíricos/formais) no último intervalo de tempo considerado.

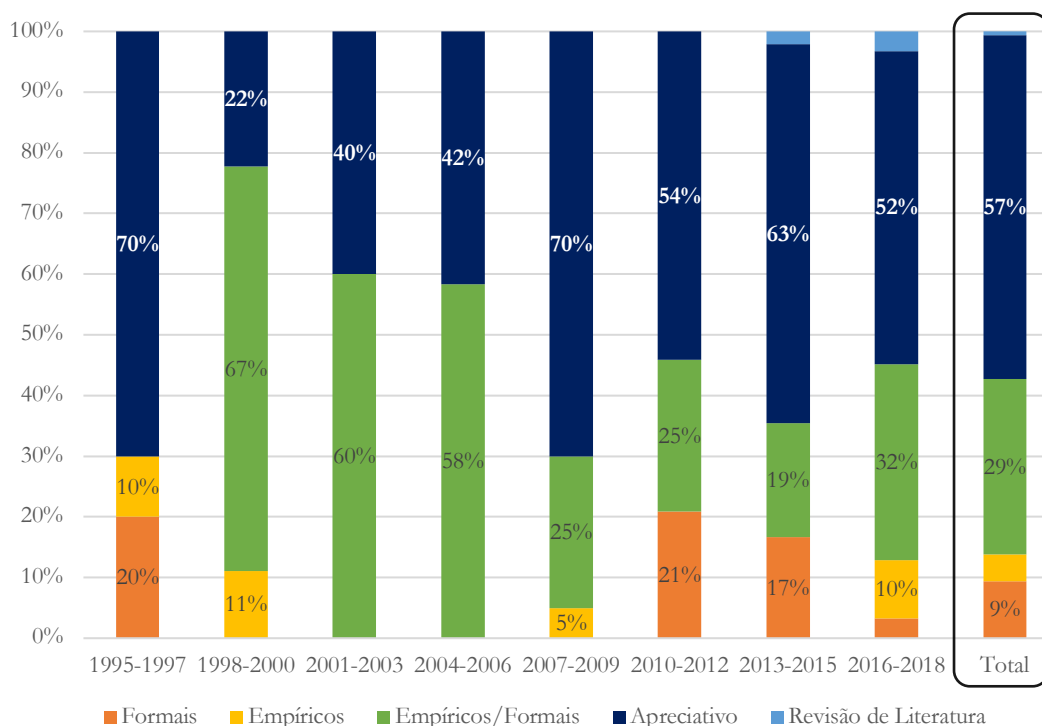


**Figura 9: Metodologia dos artigos da categoria A**

Fonte: elaboração própria.

No que concerne aos artigos presentes na categoria B, a Figura 10 descreve a distribuição da metodologia adotada pelos 159 artigos presentes na amostra. Assim, cerca de 57% dos artigos utilizam a metodologia “apreciativa” e aproximadamente 29% utilizam a metodologia “empírica/formal”. A metodologia “formal” é usada por cerca de 9% dos artigos, 4,4% dos artigos utilizam a metodologia “empírica” e apenas 0,63% correspondem a “revisão de literatura”.

Em termos dinâmicos, é possível constatar que no período 1995-1997 o método apreciativo era o mais utilizado, com 70% dos artigos presentes na base de dados a fazer uso deste método. Este método continua a ser dominante, com exceção nos períodos de 1998 a 2006, em que sobressai a percentagem de artigos que usam métodos empíricos/formais. No que diz respeito a esta alteração da dinâmica da metodologia utilizada nos artigos presentes na amostra importa referir que um artigo de Seguino, S. foi publicado em 2000, alterando o padrão de publicação dado que foi um artigo importante nesta temática. Como é possível observar, no período de 2007-2009, este padrão altera-se sendo que o método de análise dominante passa a ser o apreciativo. Em termos de autores relevantes na literatura, a autora Elson, D. publica um artigo em 2009 utilizando este método. A publicação de artigos com metodologias diferentes da tendência poderá levar a uma alteração do padrão de metodologia utilizado até lá na literatura.



**Figura 10: Metodologia dos artigos da categoria B**

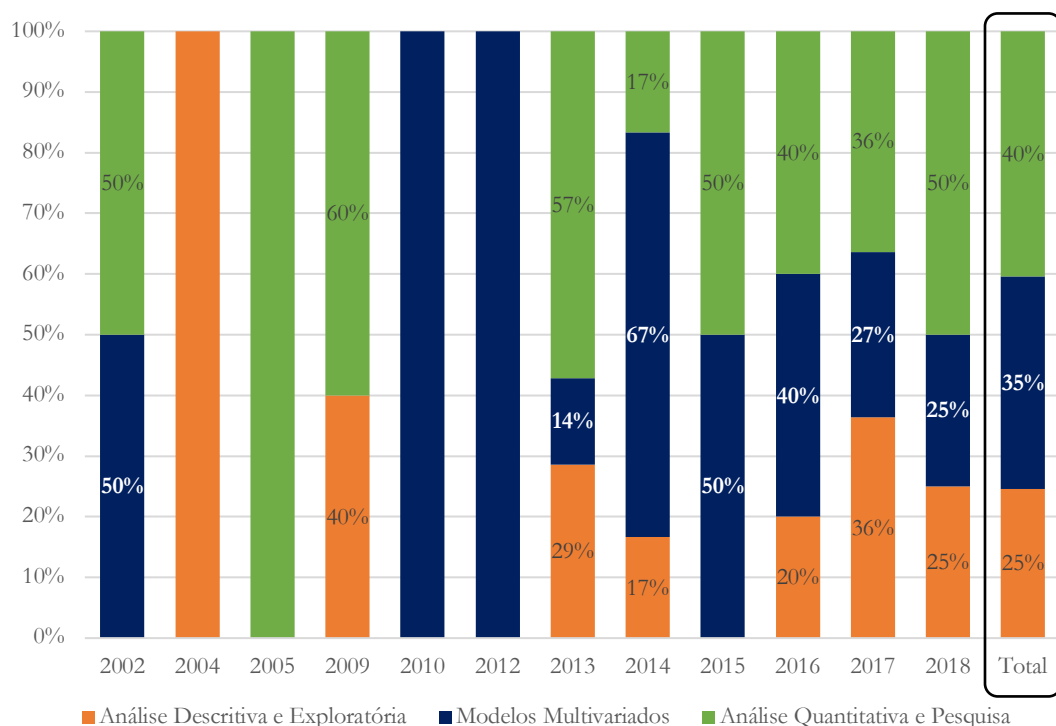
Fonte: elaboração própria.

De seguida será feita uma caracterização mais minuciosa dos artigos caracterizados como “empíricos” e “empíricos/formais”.

No que diz respeito aos artigos com as características acima citadas presentes na categoria A, 57 artigos foram analisados sendo que a Figura 11 descreve a sua distribuição

segundo os seguintes métodos: análise descritiva e exploratória, modelos multivariados e análise qualitativa e de pesquisa. Cerca de 40% destes artigos, no espaço temporal estudado, baseiam-se na análise qualitativa e de pesquisa, enquanto 35% assentam em modelos multivariados e apenas 25% adoptam uma análise descritiva e exploratória.

Em termos dinâmicos, no espaço temporal 2002-2012 dominam os modelos multivariados e a análise quantitativa e de pesquisa. No período de 2012-2018 a utilização da análise quantitativa e de pesquisa passa a ser a mais frequente, com exceção de 2014.

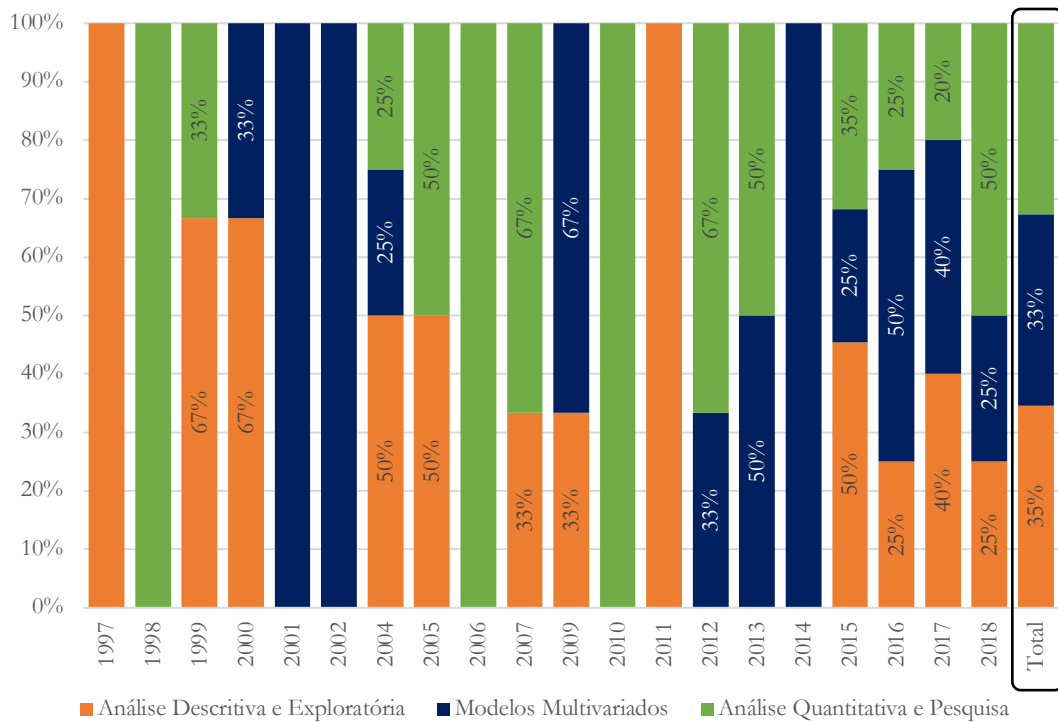


**Figura 11: Caracterização da metodologia dos artigos empíricos e empíricos/formais da Categoria A**

Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito aos 52 artigos empíricos e empíricos/formais da categoria B a Figura 12 descreve a sua distribuição em termos de artigos que utilizam uma metodologia baseada em análise descritiva e exploratória, modelos multivariados ou numa análise qualitativa e de pesquisa. Assim, cerca de 35% dos artigos, no espaço temporal estudado, baseiam-se numa análise descritiva e exploratória, enquanto que 33% dos artigos baseiam-se em modelos multivariados e o restante corresponde à percentagem dos artigos empíricos e empíricos/formais presentes na amostra que se baseiam numa análise quantitativa e de

pesquisa. Em termos dinâmicos, existe uma dispersão constante da utilização das diferentes categorias de análise.



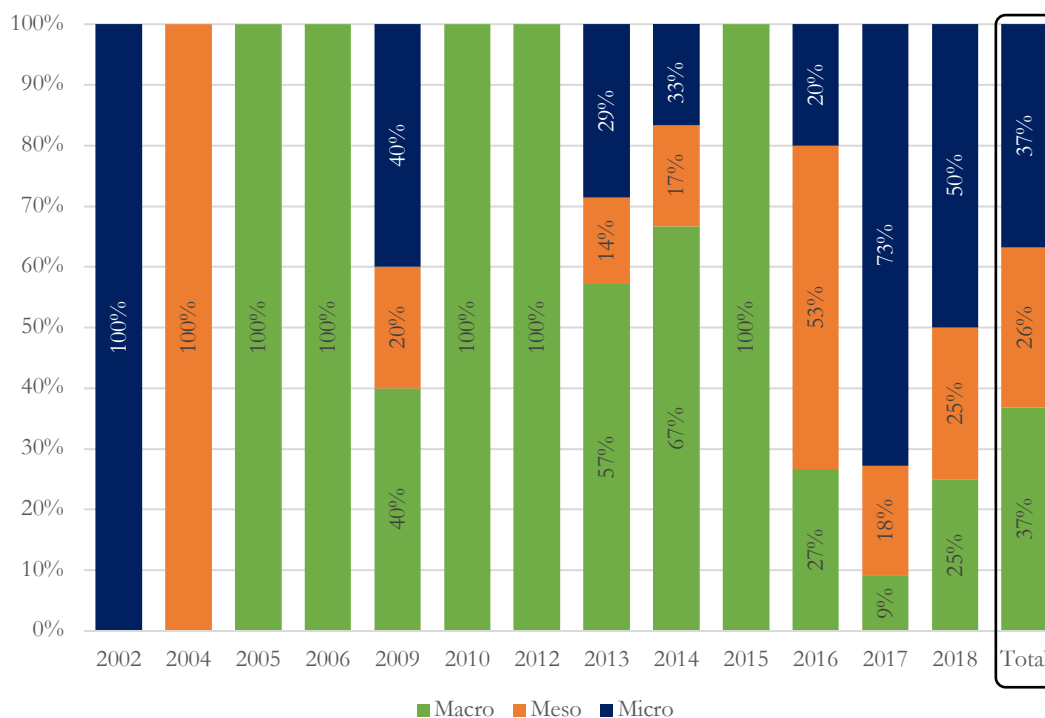
**Figura 12: Caracterização da metodologia dos artigos empíricos e empíricos/formais da Categoria B**

Fonte: elaboração própria.

Tal como referido anteriormente, será feito o estudo do nível de análise dos artigos empíricos e empíricos formais. Importa referir que esta análise vai ser feita considerando três categorias - macro, meso e micro - consoante os dados utilizados para análise.

No que diz respeito à pesquisa do nível de análise dos artigos presentes na categoria A, vemos que tanto a análise feita ao nível macro como ao nível micro assumem a mesma importância relativa na literatura no período global 2002-2018 (Figura 13).

Em termos dinâmicos, é possível constatar que na maior parte dos anos o nível de análise mais estudado foi o nível macro, sendo 2004 e 2016 excepcionais no sentido em que a maior importância relativa foi registada para artigos focados no nível meso. Em 2002 a totalidade dos artigos estudaram os determinantes da desigualdade ao nível micro.

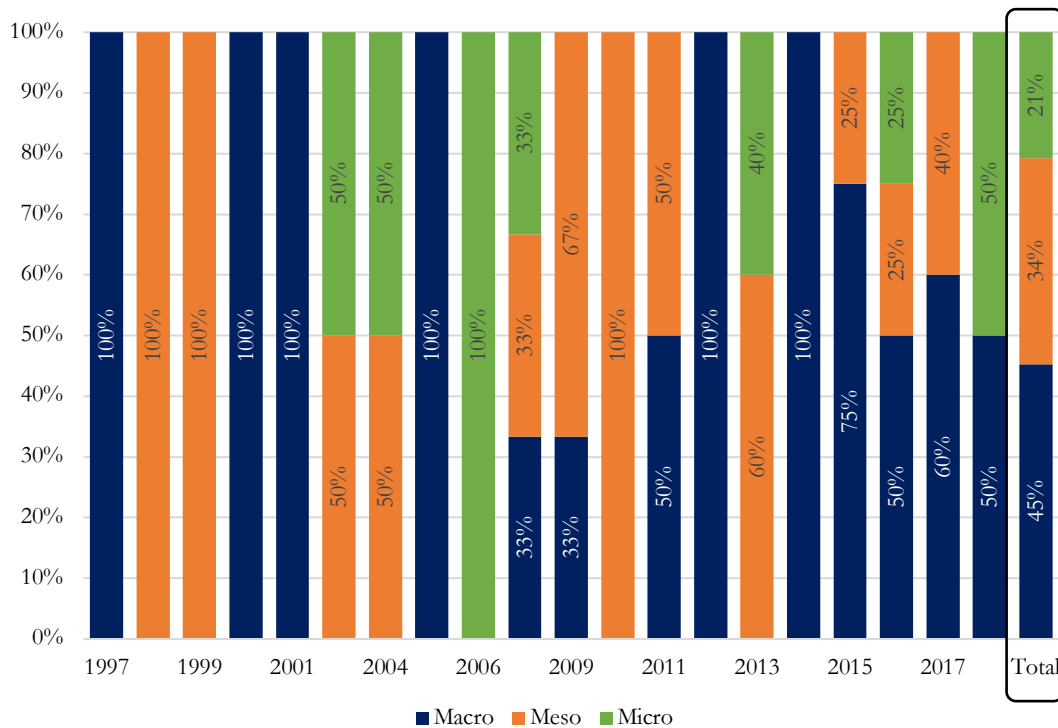


**Figura 13: Caracterização do nível de análise dos empíricos e empíricos/formais da Categoria A**

Fonte: elaboração própria.

No que concerne ao estudo do nível de análise dos artigos empíricos e empíricos/formais presentes na categoria B, representado na Figura 14, constata-se que a análise feita a nível macro é a mais utilizada no período de análise.

Em termos dinâmicos, é possível observar que no intervalo de tempo 1997-2001, a análise só era feita ao nível macro e meso. Entre 2002-2018 esse paradigma altera-se, passando a haver uma utilização mais ou menos uniforme dos três níveis de análise sendo que, ainda assim, a análise ao nível macro e meso sempre a mais utilizada.



**Figura 14: Caracterização do nível de análise dos empíricos e empíricos/formais da Categoria B**  
 Fonte: elaboração própria.

## Capítulo 4. Conclusões

O objetivo principal desta dissertação foi perceber qual o papel da redução da desigualdade de género na conceção de políticas macroeconómicas. Este objetivo enquadrou-se, por sua vez, na literatura sobre a importância económica da desigualdade de género enquanto tópico essencial no domínio do desenvolvimento económico (Cuberes & Teignier, 2014) e sobre os principais determinantes desta dimensão de desigualdade.

Tal como é defendido por Rubalcava *et al.* (2004), devido ao facto de homens e mulheres terem comportamentos diferentes, o impacto de determinadas políticas macroeconómicas nos indivíduos de cada género será diferente e, portanto, torna-se importante perceber a relação entre estas duas variáveis. Caso esta avaliação não seja feita, certas políticas macroeconómicas poderão induzir o aumento da desigualdade de género (Stotsky, 2006).

No sentido de responder à questão de investigação, foram definidos dois objetivos principais, a identificação dos determinantes da desigualdade de género e a relevância que a desigualdade de género assume na conceção de políticas macroeconómicas. Foi também implementado um exercício bibliométrico, fundamentado nas bases de dados “Web of Science” e “Scopus” através da pesquisa de palavras-chave pertinentes para o tema da dissertação em questão.

A base de dados construída continha um total de 1080 artigos dos quais foram eliminados os artigos que constavam nas duas bases de dados, sendo por isso analisados 930 artigos. Tendo em consideração os objetivos da dissertação, estes foram categorizados consoante o tema, sendo que 149 artigos passaram a fazer parte da categoria A, a qual tem que ver com os determinantes da desigualdade de género e 158 passaram a integrar a categoria B, a qual se prende com a relação entre desigualdade de género e a política macroeconómica. Os restantes 621 artigos não foram analisados dado que, apesar da sua relevância em termos de desigualdade de género, não tinham que ver com o tema da dissertação.

Depois desta categorização, foram estudadas a evolução do número de artigos publicados tanto em termos relativos como absolutos, o que permitiu observar que a tendência de publicação de artigos sobre os determinantes da desigualdade de género bem como artigos que têm por objetivo perceber a relação entre desigualdade de género e

políticas macroeconómicas é positiva e crescente. Ainda assim, a importância relativa nesta última área é ainda muito incipiente.

Já em termos dos principais determinantes estudados na literatura, foi possível identificar que as instituições e a globalização são os determinantes que mais frequentemente integram os objetivos de estudo. Por outro lado, em termos da metodologia utilizada, para os determinantes da desigualdade de género a mais utilizada no espaço temporal estudado é a “formal”, enquanto que, para a categoria que integra a relação entre esta dimensão de desigualdade e as políticas macroeconómicas a metodologia mais adotada é a “apreciativa”. Torna-se também importante mencionar que os países de origem dos autores afiliados que mais publicaram sobre as duas temáticas foram o Reino Unido e os Estados Unidos da América, sendo que os principais autores são Seguino, S. e Klasen, S.

É importante, nesta fase, identificar alguns constrangimentos no estudo aqui desenvolvido nomeadamente o facto de um exercício bibliométrico ter sempre um constrangimento que resulta do facto das palavras-chave utilizadas limitarem a realidade que está a ser estudada (Silva & Teixeira, 2008).

O tema em estudo está pouco desenvolvido na literatura. Assim, este trabalho poderá ser considerado como um ponto de partida para uma análise mais profunda da relação entre desigualdade de género e políticas macroeconómicas, especialmente no que diz respeito à sua conceção e o impacto que estas têm sobre esta dimensão de desigualdade. Torna-se importante perceber e identificar de forma clara quais os principais determinantes da desigualdade de género no sentido de perceber de que forma a intervenção da política económica poderá ou não influenciar esta variável.

Tal como é sugerido por Elson & Çagatay (2000), um ponto de partida para uma análise mais clara e aprofundada sobre a temática será reconhecer que os valores e normas sociais estão enraizadas e moldam, portanto, os agregados macroeconómicos e as relações sociais. Assim sendo, torna-se fundamental perceber o que poderá ser feito no sentido de tornar a conceção das políticas macroeconómicas num processo mais inclusivo em termos sociais, tornando-se também necessário incorporar o impacto da desigualdade de género na análise de agregados como o rendimento agregado, bem como em componentes fundamentais da procura, deixando de se focar apenas nas decisões médias tomadas ao nível do agregado familiar e atendendo à composição desse agregado em termos de género (Stotsky, 2007).



Como pista de investigação futura destaca-se a implementação de uma meta análise no sentido de perceber qual o impacto das políticas macroeconómicas na desigualdade de género já descrito na literatura.

## Referências

- Afonso, H., LaFleur, M., & Alarcón, D. (2015), Concepts of Inequality, Retirado de [http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess\\_dev\\_issues/dsp\\_policy\\_01.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_dev_issues/dsp_policy_01.pdf), acessado a 3.11.2017.
- Alesina, A. & Giuliano, P. (2015). Culture and Institutions, *Journal of Economic Literature*, 53(4), 898-944.
- Anderson, B. (2016). Do Macroeconomic Structures and Policies Shape the Employment Intensity of Growth Differently for Women and Men?. *Journal of Economic Issues*, 50(4), 940-962.
- Appleton, S., Hoddinott, J. & Krishnan, P. (1999). The Gender Wage Gap in Three African Countries. *Economic Development and Cultural Change*, 47(2), 289-312.
- Appleton, S., Knight, J., Song, L., Xia, Q. (2002). Labor retrenchment in China: Determinants and Consequences. *China Economic Review*, 12(2-3), 252-275.
- Archambault, É., Campbell, D., Gingras, Y., & Larivière, V. (2009). Comparing Bibliometric Statistic Obtained from the Web of Science and Scopus. *Journal of American Society for Information Science and Technology*, 60(7), 1320-1326.
- Akhter, R. & Ward, K. (2015). Globalization and Gender Equality: A critical Analysis of Women's Empowerment in the Global Economy. *Perceiving Gender Locally, Globally, and Intersectionally Advances in Gender Research*, 13, 141-173.
- Banco Mundial (2001). Engendering Development: through gender equality in rights, resources, and voice. Retirado de <http://documents.worldbank.org/curated/pt/512911468327401785/pdf/multi-page.pdf> . acessado a 07.12.2017.
- Banco Mundial (2012). Igualdade de Género e Desenvolvimento. Retirado de <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>, acessado a 4.11.2017.
- Behrman, R. & Rosenzweig, M. (2002). Does Increasing Women's Schooling Raise the Schooling of the Next Generation?. *American Economic Review*, 92(1), 323-334.
- Benabou, R. (2000). Unequal Societies: Income Distribution and the Social Contract. *American Economic Review*, 90(1), 96-129.

- Berik, G. (2017). Efficiency arguments for gender equality: an introduction. *Canadian Journal of Development Studies*, 38(4), 542-546.
- Berik, G. & Rodgers, Y. (2007). *Engendering development strategies and macroeconomic policies: What's Sound and Sensible* (Working Paper No. 2008-02, University of Utah, Department of Economics, Salt Lake City, UT).
- Black, S., & Brainerd, E. (2004). Importing Equality? The Impact of Globalization on Gender Discrimination, *Industrial and Labor Relations Review*, 57(4), 540-559.
- Blanden, J., & Machin, S. (2010). Education and Inequality. *International Encyclopedia of Education (Third Edition)* P. Peterson, E. Baker, & B. McGaw (editores) (272-281). Elsevier, Oxford.
- Bolt, J., & Zanden, J. (2014). The Maddison Project: collaborative research on historical national accounts. *Economic History Review*, 67(3), 627-651.
- Boserup, E. (1970) *Women's role in development*
- Braunstein, E. & Heintz, J. (2008). Gender bias and central bank policy: employment and inflation reduction. *International Review of Applied Economics*, 22(2),173-186.
- Braunstein, E. (2013), Central bank policy and gender. em Figart, D. (editor). *Handbook of Research on Gender and Economic Life*, 345-358.
- Branisa, B., Klasen, S., Ziegler, M., Drechsler, D. & Jutting, J. (2013). The Institutional Basis of Gender Inequality: The Social Institutions and Gender Index (SIGI). *Feminist Economics*, 20(2), 29-64.
- Burda, M., & Wyplosz, C. (2013). *Macroeconomics: a European text*. Oxford University Press.
- Çağatay, N., Elson, D., e Grow, C. (1995). Introduction. *World Development*, 23(11), 1827-1836.
- Çağatay, N. (1998). *Engendering Macroeconomics and Macroeconomic Policies*. (Working Paper No. 6). New York: UNDP.
- Çağatay, N. & Erturk, K. (2004). *Gender and Globalization: A Macroeconomic Perspective Policy* (Working Paper No. 19). Integration Department: World Commission on the Social Dimension of Globalization.
- Campbell, H. (2010), Structural Adjustment Policies: A Feminist Critique. *Sigma: Journal of Political and International Studies*, 27(1), 2.
- Casarico, A., & Profeta, P. (2015). Introduction to the Special Issue “The Determinants of Gender Gaps”. *CESifo Economic Studies*, 61(1),1-6.

- Chambers, J. (2000). Gender & Globalisation and Trade Liberalisation and Gender Equality. Background Paper to inform Chapter 2 of the UK Government's second White Paper "Eliminating World Poverty: Making Globalisation Work for Poor" The UK Government's Department of International Development (DFID). *Institute of Development Studies/BRIDGE*, no.19.
- Clark, Roger. 1991. Contrasting Perspectives on Women's Access to Prestigious Occupations: A Cross-National Investigation. *Social Science Quarterly* 72(1), 20–32.
- Cuberes, D., & Teignier, M. (2014). Gender Inequality and Economic Growth: a critical review. *Journal of International Development*, 26(2), 260-276.
- Daigle, M. (2016). Making the case for macroeconomics in gender equality work. Disponível em <https://static1.squarespace.com/static/536c4ee8e4b0b60bc6ca7c74/t/572b4ddc07eaa01be3b246fa/1462455772699/Making+the+case+for+macroeconomics+and+gender+equality.pdf> . acedido a 20.12.2017.
- Daim, T., Rueda, G., Martin, H., & Gerdtsri, P. (2006). Forecasting emerging technologies: Use of bibliometrics and patent analysis. *Technological Forecasting and Social Change*, 73(8), 981-1012.
- Damjanovic, T., & Selvaretnam, G. (2015). Economic Growth and Evolution of Gender Equality.
- De Moor, T. & Van Zanden, J. (2010). Girl power: the European Marriage pattern and labour markets in the North Sea Region in the Late Medieval and Early Modern Period. *The Economic History Review*, 63(1), 1-33.
- Dilli, S., Rijpma, A. & Garmichael, S. (2015). Achieving Gender Equality: Development versus Historical Legacies. *CESifo Economic Studies*, 61(1), 301- 334.
- Diodato, V. (1994). *Dictionary of Bibliometrics*. Haworth Press: Binghamton, Nova Iorque.
- Dollar, D., & Gatti, R. (1999). *Gender Inequality, Income, and Growth: Are Good Times Good for Women?* (Working Paper No. 1). Policy Research Report on Gender and Development.
- Doss, C. (2013). Intrahousehold Bargaining and Resource Allocation in Developing Countries, *World Bank Research Observer*, 28(1), 52-78.
- Doyal, L. (2000). Gender equity in health: debates and dilemmas. *Social Science & Medicine*, 51(6), 931-939.
- Drimie, S. (2003). Food security in Southern Africa: causes and responses from the region, Em: Drimie, S. & Lafon, M. (eds).

- Duflo, E. (2012). Women Empowerment and Economic Development. *Journal of Economic Literature*, 50(4), 1051-1079.
- Elson, D. (1995). Gender Awareness in Modeling Structural Adjustment. *World Development*, 23(11), 1851-1868.
- Elson, D. (2002). Macroeconomics and Macroeconomic Policy from a Gender Perspective”, Public Hearing of Study Commission.
- Epstein, G. (2003). *Alternative to inflation targeting monetary policy for stable and egalitarian growth: A brief research summary* (Working Paper No.62). PERI, Political Economy Research Institute.
- Epstein, G. (2008). *Central banks as agents of employment creation* (Working Paper No.38). DESA, Department of Economic and Social Affairs.
- Epstein, G. & Yeldan, E. (2008). Inflation targeting, employment creation and economic development: assessing the impacts and policy alternatives. *International Review of Applied Economics*, 22(2), 131-144.
- Ertuk, N. & Çagatay, N. (1995) Macroeconomic consequences of cyclical and secular changes in feminization: An experiment at gendered macromodeling. *World Development*, 23(11), 1969-1977.
- Falagas, M., Kouranos, V., Arencibia-Jorge, R. & Karageorgopoulos, D. (2008). Comparison of SCImago Journal Rank Indicator with Journal Impact Factor. *The FASEB Journal*, 22(8), 2623-2628
- Ferrant, G., Pesando, M., & Nowacka, K. (2014). Unpaid Care Work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes. *OECD Development Centre*.
- Fontana, M. & Rodgers, Y. (2005). Gender Dimensions in the Analysis of Macro-Poverty Linkages. *Development Policy Review*, 23(3), 33-349.
- Forbes, J. (2000). A Reassessment of the Relationship between Inequality and Growth. *American Economic Review*, 90(4), 869-887.
- Forsythe, A., Korzeniewicz, R. & Durrant, V. (2000). Gender Inequalities and Economic Growth: A Longitudinal Evaluation. *Economic Development and Cultural Change*, 48(3), 573-617.
- Fuwa, M. (2004). Macro-level Gender Inequality and the Division of Household labour in 22 Countries. *American Sociological Review*, 69(6), 751-767.
- Gain, G. (1986). The economic analysis of labor market discrimination: A survey. *Handbook of Labor Economics*. 1(13), 693-785.

- Gideon, J. (2010). Looking at Economies as Gendered Structures: An Application to Central America. *Feminist Economics*, 5(1) 1-28.
- Giuliano, P. (2015). The role of women in society: from preindustrial to modern times. *CE/Sifo Economic Studies*, 61(1), 33-52.
- Gladwin, C. (1991) Gender impacts of fertilizer subsidy removal programs in Malawi and Camerron. *Agricultural Economics*, 7(2), 141-153.
- Glyn, A., & Heintz, J. (2015). Why macroeconomic policy matters for gender equality. Retirado de <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/12/macroeconomic-policy-matters-for-gender-equality#view>, acedido a 03.11.2017.
- Griffith, B., & Nallari, R. (2011). *Gender and Macroeconomic Policy*. World Bank.
- Gunter, B. & Hoeven, R. (2004). The social dimension of globalization: A review of the literature. *Internacional Labour Review*, 143(1-2), 7-43.
- Haller, A. (2012). Concepts of Economic Growth and Development. Challenges of the Crisis and of Knowledge. *Romanian Academy Branch of Iasi*, 15(1), 66-71.
- Himmelweit, S. (2002). Making Visible the Hidden Economy: The Case for Gender-Impact Analysis of Economic Policy. *Feminist Economics*, 8(1), 49-70.
- Horrell, S., & Humphries, J. (1995) Women's Labour Force Participation and the Transition to the Male-Breadwinner Family. *The Economic History Review*, 48(1), 89-117.
- Hood, W. & Wilson, S. (2001). The literature of bibliometrics, scientometrics, and informetrics. *Scientometrics*, 52(2), 291-314.
- Inglehart, R., & Norris, P. (2003). *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World*, Cambridge University Press.
- Jackson, R. (2006). Opposing Forces: How, Why, and When Will Gender Inequality Disappear? Grusky, David; Blau, Francine ; Brinton, Mary (editores). em *The Declining Significance of Gender?*, Nova Iorque, Estados Unidos, Russel Sage Foundation. 215-244.
- Jayachandran, S. (2015). The roots of gender inequality in developing countries. *Economics*, 7(1), 63-88.
- Kabeer, N., & Natali, L. (2013). *Gender Equality and Economic Growth: Is there a Win-Win?* (IDS Working Paper 417).
- Kabeer, N. (2016). Gender Equality, Economic Growth, and Women's Agency: the "Endless Variety" and "Monotonous Similarity" of Patriarchal Constraints". *Feminist Economics*, 22(1), 295-321.

- Karademir, A. (2016). The Effects Of Structural Adjustment Programs on Women in Developing Countries. *Aksaray University*.
- Klasen, S. & Lamanna, F. (2009). The Impact of Gender Inequality in Education and Employment on Economic Growth: New Evidence for a Panel of Countries. *Feminist Economics*, 15(3),91-132.
- Klasen, S., & Wink, C. (2003). "Missing women": Revisiting the debate. *Feminist Economics*, 9(2-3), 263-299.
- Klasen, S. (2017). Gender, institutions, and economic development. *Courant Research Center Discussion Paper, University of Göttingen*.
- Knowles, S., Lorgelly, P., & Owen, P. (2002). Are educational gender gaps a brake on economic development? Some cross-country empirical evidence. *Oxford Economic Papers*, 54(1), 118-149.
- Lewis, G. (2011). Stemming inequality? Employment and pay of female and minority scientists and engineers. *The Social Science Journal*, 48(2), 397-403.
- Luttrell, C., & Moser, C. (2004). Gender and Social Protection. Retirado de <http://gsdrc.org/document-library/gender-and-social-protection/>, accedido a 03.01.2018.
- Merino, G., Carmo, P. & Álvarez, S. (2006). 25 Years of Technovation: Characterization and evolution of the journal. *Technovation*, 26(12), 1303– 1316.
- Moghadam, V. (2003). *Modernizing women: Gender and social change in the Middle East*. Lynne Rienner Publishers.
- Morrisson, C., & Jütting, J. P. (2005). Women's discrimination in developing countries: A new data set for better policies. *World Development*, 33(7), 1065-1081.
- Nagarajan, R., Teixeira, A., & Silva, S. (2015). The Impact of Population Ageing on Economic Growth: A Bibliometric Survey. *Singapore Economic Review*, 62(2), 275-296.
- Narin, F. & Hamilton, K., (1996). Bibliometric Performance Measures. *Scientometrics*, 36(3), 293-310.
- Neumayer, E., & Plümper, T. (2007). The gendered nature of natural disasters: The impact of catastrophic events on the gender gap in life expectancy, 1981–2002. *Annals of the Association of American Geographers*, 97(3), 551-566.
- Nelson, R. & Winter, S. (1982). *Na Evolutionary Theory of Economic Change*. Harde Unversity Press, Cambridge, MA.

- Neves, P., & Silva, S. (2014). Inequality and Growth: Uncovering the Main Conclusions from the Empirics. *The Journal of Development Studies*, 50(1), 1-21.
- Packard, L. (2016). *Gender Dimensions of Viet Nam's Comprehensive Macroeconomic and Structural Reform Policies* (Working Paper No. 14), United Nations Research Institute for Social Development.
- Palmer, I. (1995). Public finance from a gender perspective. *World Development*, 23(11), 1981-1986.
- Piovani, C., & Aydiner-Avsar, N. (2015). The Gender Impact of Social Protection Policies: A Critical Review of the Evidence. *Review of Political Economy*, 27(3), 410-441.
- Plantenga, J. (2015). *The economics of gender equality; a review of the literature in three propositions and two questions* (No. 104). WWWforEurope Working Paper.
- Potrafke, N. & Ursprung, H. (2012). Globalization and gender inequality in the course of development. *European Journal of Political Economy*, 28(4), 399-413
- Pritchard, A. (1989). Statistical bibliography or bibliometrics?. *Journal of Documentation*, 25(4) 348–349.
- Quisumbing, A. (2003). Household Decisions, Gender, and Development: A Synthesis of Recent Research. *International Food Policy Research Institute (editor)*, Washington. Retirado de <http://www.focusintl.com/GD006-Household%20Decisions,%20Gender,%20and%20Development%20-%20IFPRI.pdf>
- Rubalcava, L., Teruel, G., e Thomas, D. (2004). Spending, Saving and Public Transfers Paid to Women.
- Rubery, J. (2011), Towards a gendering of the labor market regulation debate. *Cambridge Journal of Economics*, 35(6), 1103-1126.
- Samuelson, P. (1948). *Economics: An Introductory Analysis*, 1º Edição, McGraw-Hill Book Company, Inc..
- Seguino, S. (2006). *The Road to Gender Equality: Global Trends and the Way Forward* (Working Paper No. 6510). MPRA, University of Vermont
- Seguino, S., & Grown, C. (2006). Gender equity and globalization: macroeconomic policy for developing countries. *Journal of International Development*, 18(8), 1081-1104.
- Seguino, S. (2010). The global economic crisis, its gender and ethnic implications, and policy responses. *Gender and Development*, 18(2),179-199.
- Seguino, S. & Heintz, J. (2012). Monetary Tightening and the Dynamics of US Race and Gender Stratification. *American Journal of Economics and Sociology*, 71(3), 603-638.



- Seguino, S. (2013). From Micro-level Gender Relations to the Macro Economy and Back Again: Theory and Policy. *Handbook of Research on Gender and Economic Life*.
- Seguino, S. (2016). The Costs of Inequality and the Affordability of Solutions. *Journal of Human Development and Capabilities*, 17(3), 434-439.
- Sen, G., & Östlin, P. (2008). Gender inequity in health: Why it Exists and How We Can Change It. *Taylor & Francis*, 3, 1.
- Silva, S. & Teixeira, A. (2008). On the Divergence of Evolutionary Research Paths in the Past 50 Years: A Comprehensive Bibliometric Account. *Journal of Evolutionary Economics*, 19(5), 605.
- Shelton, A. (2006). Gender and Unpaid Work. Em *Handbook of the Sociology of Gender* (pp. 375-390). Springer, Boston, MA.
- Stotsky, J. G. (2006). Gender and Its Relevance to Macroeconomic Policy: A Survey. (EPub): IMF Working Paper, WP/06/233, acedido em 2 de Novembro de 2017, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp06233.pdf>.
- Stiglitz, J., Sen, A. & Fitoussi, J. (2007). *Measurement of Economic Performance and Social Progress*, Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris.
- Takhtamanova, Y. & Sierminska, E. (2009). Gender, Monetary Policy and Employment: The Case of Nine OECD Countries. *Feminist Economics*, 15(3), 323-353.
- Todaro, M. & Smith, S.(2012). *Economic Development*. Bonston: Pearson Addison Wesley.
- van Zanden, J., Baten, J., d'Ercole, M., Rijpma, A., Smith, C., & Timmer, M. (2014). How Was Life?: Global Well-being since 1820, *OECD publishing*.
- Verme, P. (2015). Economic development and female labor participation in the Middle East and North Africa: a test of the U-shape hypothesis. *IZA Journal of Labor & Development*, 4(1), 3.
- UNDP (2013). Humanity Divided: Confronting Inequality in Developing Countries. Retirado de <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/poverty-reduction/humanity-divided--confronting-inequality-in-developing-countries.html>, acedido a 09.12.2017.
- Walby, S. (1997). *Gender Transformations*. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Wallin, J. A. (2005). Bibliometric Methods: Pitfalls and Possibilities. *Basic & Clinical Pharmacology & Toxicology*, 97(5), 261–275.
- Wekwete, N. (2005). Gender and Macroeconomics: a national perspective. *University of Zimbabwe, Institute of Development Studies*.

- Willett, P. (2007). A bibliometric analysis of the Journal of Molecular Graphics and Modelling. *Journal of Molecular Graphics and Modelling*, 26(3), 602-606.
- World Bank (2012). World Development Report 2012: Gender equality and development. Retirado de <https://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936222006/Complete-Report.pdf>, acedido a 09.12.2017.
- Fórum Económico (2017). The Global Gender Gap Report. Retirado de <https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>, acedido a 07.10.2017.